

PLANO DE GOVERNO 2013/2016

**COLIGAÇÃO “CONSTRUINDO NOVOS CAMINHOS”: PSDB, PSD,
PSDC, DEM, PPS, PSC, PT do B e PPL.**

**TERESINA/PI
JULHO/2012**

PREFÁCIO

Para administrar uma cidade é preciso acreditar nas pessoas e, principalmente, entender a realidade social na qual estão inseridas. É necessário entender que uma cidade e uma prefeitura existem em função dessas pessoas. Por isso elas são a prioridade número um de todas as nossas ações. Pessoas tem sonhos, desejos, precisam comemorar suas conquistas e planejar suas vidas para crescer e serem felizes. Uma administração responsável e comprometida com os reais interesses da população deve ter na gestão pública um meio eficaz para desenvolver cada bairro, cada vila, cada rua, em que seus habitantes têm o seu lar. Desenvolver a cidade em suas infinitas particularidades, seja por meio de obras estruturantes ou mesmo pela elaboração de políticas públicas sólidas e comprometidas, é o dever de quem quer ocupar um cargo com tamanha responsabilidade, como é o de ser Prefeito de nossa capital.

Administrar uma cidade é saber separar o urgente do necessário e do “pode esperar”. É saber que a cidade é feita de gente. Gente que não para de se locomover. É perceber que entre estas pessoas existem as de mais idade e outras que estão nascendo agora. É ter sensibilidade para reconhecer pessoas que, pelos mais diversos motivos, tem necessidades especiais, seja para se divertir, caminhar ou de assistência em caso de doença.

É saber que esta mesma mão, às vezes, servirá também de apoio às primeiras palavras de segurança durante os primeiros passos, na creche, quando seus pais vão trabalhar, ou na escola, quando se aprende as primeiras letras. É para esta gente, a gente de Teresina, que precisamos traçar **novos caminhos**. Caminhos mais verdes e seguros. Caminhos melhores e com mais oportunidades de realização de suas expectativas, de seus sonhos.

Foi assim, acreditando no diálogo, na troca de experiências, que debatemos grandes eixos temáticos voltados à política social, ao desenvolvimento econômico, ao meio ambiente e gestão pública, à cidade e mobilidade urbana. O “**Pensar THE: a Teresina que queremos**”, realizado pelo Instituto Teotônio Vilela, foi dividido em sete

seminários: quatro comunitários, que aconteceram nas zonas norte, sul, leste e sudeste de Teresina e contaram com a participação de mais de 2100 participantes. Além desses seminários, foram realizados outros três de natureza técnica, divididos entre os setores abrangidos neste plano.

Este documento é fruto dessas discussões, onde a comunidade apontou problemas que interferem no seu dia a dia. Onde técnicos especializados, gestores públicos, professores universitários, estiveram reunidos para discutir esses problemas e avaliar os desafios que a cidade enfrenta, apontando propostas que permitam construir uma Teresina melhor, mais humana e com mais qualidade de vida.

Assim, este compêndio de ideias é visionário e apresenta o traçado dos caminhos que, juntos, iremos trilhar rumo à Teresina que sempre sonhamos.

Abraço fraterno.

Firmino Filho.

APRESENTAÇÃO

As reflexões sobre Teresina sempre levam em consideração o seu caráter planejado, sua origem focada no desenvolvimento desta região Meio Norte do Brasil e seu caráter de liderança nos destinos do Estado do Piauí.

As administrações do PSDB na capital - todas elas, fruto do voto popular em votações consagradoras de um modelo administrativo austero e comprometido com as pessoas - sempre prezaram este legado de planejamento: foco em resultados, o saber técnico a serviço dos interesses da população e, principalmente, a consciência clara dos desejos da cidade, expressos em administrações que sempre estiveram ao lado das comunidades mais carentes da capital.

Esses compromissos, mais que discurso, se traduziram em ações concretas em benefício da cidade. Como mostraremos a seguir, com o aperfeiçoamento dos instrumentos de avaliação de gestão, tanto de parte do governo federal, quanto de outros organismos multilaterais e da sociedade civil, vem se tornando muito claros com os acertos das administrações tucanas na capital, traduzidos em números relevantes e acima da média das demais capitais, mesmo as mais ricas, principalmente no período da década de 2000, em que o crescimento a favor dos mais carentes encontrou em Teresina um lugar seguro para o desenvolvimento dos valores da cidadania e da qualidade de vida.

Contudo, não é demais lembrar que o principal desafio de qualquer gestor da capital piauiense é conciliar os interesses de uma sociedade tão desigual, em um dos países mais desiguais do mundo. **O desafio é construir novos caminhos!**

É fácil retratar esse desafio: Teresina possuía em 2010, 814.230 habitantes, contabilizados pelos números do Censo do IBGE, distribuídos em 222.450 domicílios. Deste total de domicílios, apenas 10,1% conviviam com renda mensal *per capita* maior que 3 salários mínimos. Considerando a linha de $\frac{1}{2}$ a 1 salário mínimo ou menos de renda domiciliar *per capita*, como linha de corte para identificar famílias pobres, 51,7% dos domicílios da capital estavam nesta condição e, abaixo disto, até a classe dos sem rendimento, ou seja, a extrema pobreza ainda atingia 14,6% dos domicílios da cidade.

Por outro lado, o período da década de 2000, como no restante do país, fez ascender importante número de cidadãos à condição de classe média, o que fez com que **Teresina viesse a ocupar a posição de capital brasileira em que mais a renda cresceu 56,2%, durante a década** (Neri, 2012, p.219).

Desses números decorre um raciocínio importante: Teresina não perdeu a oportunidade de melhorar a vida dos seus cidadãos e cidadãs num dos períodos mais importantes de crescimento da vida recente do país. A renda cresceu, a cidade se expandiu, serviços públicos municipais foram ofertados em condições de dignidade e, principalmente, objetivando a universalização do acesso às famílias mais pobres do município.

Ainda assim, deve-se ressaltar que um dos pontos mais críticos a enfrentar na vida da capital na próxima gestão é a persistência, em número relativamente elevado, dos chamados aglomerados subnormais, ou seja, vilas, favelas e/ou áreas residenciais em que há problemas de propriedade. Vivem em Teresina, 131.451 pessoas nesses aglomerados subnormais, portanto, 16% da população teresinense.

Desta realidade decorre o primeiro grande compromisso deste plano de governo para o mandato de 2013 a 2016: construir novos caminhos para Teresina é integrar as políticas públicas municipais, para **estabelecer um regime de metas de redução da extrema pobreza na cidade**, de maneira que possamos reunir esforços no sentido de integrar as políticas urbana e social na direção da erradicação da extrema pobreza na cidade.

Esta integração, embora já existente nas administrações tucanas anteriores, como no caso **Projeto Vila Bairro** e **Programa Lagoas do Norte**, precisa ser renovada a partir da existência de uma nova realidade, em que os instrumentos de gestão e de cadastro das famílias são muito mais precisos e sofisticados e há enorme condição de identificarmos famílias e territórios mais carentes, focalizando a ajuda e trazendo qualidade de vida a esses cidadãos e cidadãs.

Apesar dos enormes retrocessos verificados nos últimos 26 meses de gestão, os avanços conquistados nas várias áreas de políticas públicas do município ainda não estão completamente perdidos.

Podemos usar como exemplo de avanço o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) produzido pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de

Janeiro. O índice mede o desempenho dos municípios em três grandes áreas: educação, saúde e emprego e renda¹.

Teresina ocupa assim, uma posição de alto desenvolvimento municipal, 0,8376, sendo a única cidade do Piauí a alcançar a posição. Quando comparada com outros municípios, em 2009, último ano em que Teresina foi integralmente administrada pelo PSDB, o IFDM a colocava no seletor conjunto de 4,1% de municípios brasileiros com alto desenvolvimento municipal. Para que se possa avaliar a conquista, o Piauí possuía naquele ano 42 dos 500 piores municípios do país, tendo conquistado um IFDM de apenas 0,6515, 78% do índice da capital.

A tabela abaixo resume a evolução do índice durante a década:

Ano de Referência	2000	2009	Variação na Década
IFDM – Educação	0,5598	0,7719	37,9%
IFDM – Saúde	0,7156	0,8525	28,4%
IFDM – Emprego e Renda	0,6639	0,8884	33,8%
IFDM Total	0,6465	0,8376	29,5%

Fonte: Firjan: <http://www.firjan.org.br/ifdm/index.html>, acesso em 01 de julho de 2012

Este tempo de crescimento, em todas as áreas, pode e deve voltar. Com Firmino Filho Prefeito, nossa capital vai voltar para o caminho certo do futuro, construindo novas oportunidades para a sua população.

Um exemplo da renovação deste compromisso com a cidade e o seu povo é a proposição do **Programa 1ª Infância sem Pobreza**, que visa integrar iniciativas nas áreas de saúde, educação e assistência, com foco nas famílias em condição de extrema pobreza, transferindo de maneira condicional, uma bolsa de R\$ 50,00, por criança/mês, pelo período de 3 anos a contar do nascimento, como complementação da renda familiar, em contrapartida de cuidados de saúde e práticas de estímulo neurocerebral, que poderão ajudar essas crianças a chegarem às creches e pré-

¹Com periodicidade anual, recorte municipal e abrangência nacional, o IFDM considera três áreas de desenvolvimento – Emprego & Renda, Educação e Saúde – e utiliza-se de estatísticas oficiais municipalizadas divulgadas pelos Ministérios do Trabalho, Educação e Saúde. Em 2011, os dados oficiais mais recentes disponíveis eram de 2009. O estudo começou em 2008, comparando os anos de 2005 e 2000, e permite determinar com precisão se a melhora ocorrida em determinado município foi decorrente de medidas políticas ou apenas o reflexo da queda de outro município. O índice varia de 0 (mínimo) a 1 (máximo) para classificar o nível de cada localidade. Os critérios de análise estabelecem quatro categorias: baixo (de 0 a 0,4), regular (0,4001 a 0,6), moderado (de 0,6001 a 0,8) e alto (0,8001 a 1) desenvolvimento.

escolas, em condições adequadas de desenvolvimento físico e mental, plenamente capazes de conquistar sucesso escolar e nas suas vidas adultas.

Esta atenção e cuidado na construção de uma Teresina de oportunidades para todos, também se expressa nas proposições relativas à saúde, que passará por um processo de reestruturação administrativa, com vistas à melhoria do atendimento, principalmente na atenção básica. O **Programa Meu PFS** criará uma nova estrutura de atendimento à população, ampliando horário de atendimento das equipes, criando novas estruturas de serviço e universalizando o cuidado odontológico. Novos caminhos para a saúde significam novos caminhos para a qualidade de vida da população.

Uma **Teresina sem Drogas** é também um sonho a ser conquistado com trabalho sério e focado junto à população jovem do município. Este plano apresenta muitas estratégias integradas de combate ao mal das drogas, através de programas de assistência, educação, qualificação, esporte e cultura para a nossa juventude.

Todos sabem que o município não tem funções de segurança pública, mas pode e dará testemunho concreto de esforços para uma **cultura de paz**, estimulando a inserção do jovem no mercado de trabalho; ampliando a jornada das escolas municipais; reestruturando os programas de qualificação profissional para que sejam capazes de formar mão de obra para os setores tradicionais, como o da construção civil, e os que são conhecidos como da economia criativa: tecnologia, arte, cultura e design; além de estimular atividades culturais e esportivas em todas as regiões da cidade.

Construir novos caminhos para a cidade também surge como um desafio importante para a **Teresina do século XXI**. Com o crescimento da renda e as facilidades de crédito, os problemas de mobilidade se tornaram cada dia maiores e mais incômodos. A criação de novas avenidas, ampliação de faixas, construção de viadutos, pontes e outras intervenções urbanas são extremamente necessárias e há aqui importantes propostas. Contudo, temos a consciência de que em pouco tempo não serão capazes de mudar a realidade do trânsito da cidade, pelo simples fato de que não é possível para nenhuma prefeitura do país construir permanentemente vias e reformar suas estruturas urbanas apenas para receber veículos.

É necessária uma nova visão da cidade, que envolve a descentralização de seus serviços, através das **Estações Cidadania**. Também uma nova perspectiva urbana, com diversidade tipológica das habitações, verticalização, preocupação e rigor com a preservação de áreas verdes e, principalmente, com adensamento, que facilitará

investimentos em qualidade de vida: saneamento, iluminação, coleta do lixo, lazer, educação, esportes e cultura.

O novo caminho de Teresina é transformar seus bairros em verdadeiras cidades, com a descentralização de serviços que hoje só se encontram no centro. É também avançar no processo de requalificação do centro, estimulando a construção de moradias, para “repovoar” e fazer “reviver” esse espaço tão significativo da memória e da dinâmica de nossa cidade.

O caminho da sustentabilidade, do estímulo à cultura, do respeito à diversidade, da erradicação da pobreza extrema, da criação de emprego e renda através dos mecanismos da economia criativa, da integração das políticas sociais e, principalmente, da transformação do espaço urbano em benefício das pessoas, constituem os compromissos renovados de quem sempre fez Teresina acontecer para todas as pessoas, de todas as idades, preservando a dignidade da relação entre poder público e seu povo.

Somos 100% Teresina e temos a certeza de que o conjunto de propostas aqui delineado está respaldado em uma prática administrativa de seriedade, compromisso com que mais precisa e confiança no futuro da cidade e de sua gente.

SEÇÃO 1

Construindo novos caminhos para a cidadania e a inclusão:

- a. Educação;
- b. Saúde;
- c. Assistência social;
- c. Cultura;
- d. Esporte e Lazer.

EDUCAÇÃO

A Educação é terreno onde Teresina experimentou grandes transformações desde a redemocratização. Aos poucos, os sonhos de notáveis educadores como o Professor Wall Ferraz e os planos traçados em 2001, na Agenda Teresina 2015 e no Plano Decenal de Teresina em 2003, puderam ser concretizados, superando resistências e, principalmente, a descrença quanto à possibilidade da redução do analfabetismo, da universalização do Ensino Fundamental e da democratização da Educação Municipal. O horizonte traçado na Agenda Teresina 2015 era que, no referido ano, a educação básica fosse universalizada e que fossem oferecidas “oportunidades educacionais permanentes para toda a população de jovens e adultos”.

Faltando 3 anos para 2015, essas metas estão próximas de serem atingidas. De acordo com o IBGE (2010), o analfabetismo na população com mais de 15 anos que era de 14,1% passou para 9,1%; entre os de 15 a 24 anos, saiu de 5,7% para 1,9%; e entre os de 25 a 59 anos de 14,5% para 8,2%. Das crianças de 6 a 14 anos, 97% estão na escola e entre os menores de 5 anos, 29,5% frequentam creche e 96,0% a pré-escola.

Esse foi o resultado de um trabalho contínuo, persistente e vigoroso, iniciado ainda com Wall Ferraz e permanentemente atualizado e aperfeiçoado por Francisco Gerardo, Firmino Filho e Sílvio Mendes. Desde a década de 1990, deu-se cumprimento a um arrojado programa de propostas inovadoras e ações, que antes eram apenas esboçadas, foram aprofundadas.

Entre as linhas inovadoras está a adoção de medidas promotoras e incentivadoras da qualidade da educação como: métodos e sistemas específicos de trabalho voltados para a alfabetização aos seis anos, institucionalização das Diretrizes Curriculares do Município de Teresina, avaliação do ensino, melhoria do sistema de estatísticas educacionais, valorização da escola como unidade básica do processo educacional, apoio à formação dos professores e melhorias na remuneração e na sua situação funcional, além da promoção de ações socioeducativas e culturais estimuladoras da produção de conhecimentos e da melhoria da aprendizagem, do cultivo dos valores cívicos e da integração com a comunidade.

Essa opção possibilitou passos decisivos para a construção de uma sociedade mais justa e a incorporação efetiva de milhares de teresinenses marginalizados pela

ignorância, pelo atraso e pela falta de qualificação educacional, à cidadania. Juntas, a Educação Infantil e o Ensino Fundamental da Rede Municipal de Teresina tinham, em 2010, cerca de 90.000 matrículas; Nossas escolas chegaram a alcançar nos anos iniciais do ensino fundamental a marca de 5,2 no IDEB e nos anos finais 4,7.

O mérito dessas conquistas não residiu apenas em índices quantitativos. Decorreu também dos pontos básicos que presidiram as políticas traçadas:

- Prioridade à alfabetização e à qualidade do ensino fundamental, seguindo os preceitos da universalização, da descentralização e autonomia escolar;
- Criação de Conselhos e democratização das escolas, como a eleição de diretores, por exemplo, que asseguraram a participação das comunidades na gestão e no controle dos recursos das escolas.

Apesar destes êxitos, há desafios importantes. Entre eles, é primordial a ampliação do atendimento às crianças de 0 a 3 anos em creches, bem como a construção de uma política multissetorial de atenção à 1ª Infância, em articulação, principalmente, com a Fundação Municipal de Saúde (FMS) e a Secretaria Municipal do Trabalho, Cidadania e Assistência Social (SEMTCAS).

Como foi amplamente noticiado nos últimos meses pelos meios de comunicação, a educação municipal tem passado por um período de retrocesso. Assistimos à indicação de diretores escolares, à paralisação das atividades escolares por mais de 80 dias, à não realização dos eventos socioculturais e cívicos que dinamizavam as escolas e que as tornavam centros vivos do debate e da prática da cidadania. Tais ações prejudicam não só aos alunos e à comunidade escolar hoje, como também comprometem o futuro da Educação do município.

Temos que garantir às nossas crianças e jovens, antes de tudo, educação infantil e ensino fundamental que os prepare para ingressar no ensino médio e para torná-los cidadãos atuantes e capazes de enfrentar desafios, solucionar problemas e tomar decisões. É preciso despertar já em nossas crianças o senso de responsabilidade sobre a transformação de sua realidade, e desde muito cedo plantar em cada um o espírito de liderança. Colocar crianças na escola, como fizemos, foi só o começo. É preciso garantir que permaneçam na escola e completem a educação fundamental, combatendo a má qualidade do ensino, principal causa da evasão escolar.

As questões decisivas são:

1. Expansão da educação municipal de modo a eliminar o déficit de atendimento, em particular para as crianças de 0 a 3 anos;
2. Ampliação da jornada escolar em todos os níveis educacionais, desde a creche até a segunda fase do ensino fundamental; O vetor desta expansão é a qualidade do serviço prestado e o foco no aprendizado das crianças e jovens;
3. Retomada dos mecanismos de aperfeiçoamento da democracia e autonomia da gestão escolar;
4. A valorização dos professores e demais profissionais da educação, considerando as dimensões salariais, formação e condições de trabalho, consociada ao bom desempenho e ao alcance de metas de qualidade.

Em função desses princípios, definimos 5 eixos estratégicos de ação, que expressam o desejo de que a educação seja um fator decisivo para que Teresina ofereça, cada vez mais, boas condições para viver o presente e para preparar o futuro. Cada eixo estratégico inclui programas e projetos, desdobrados em ações. São eles:

Eixos propostos:

1Expansão do Ensino

- .1 Criar o **Programa 1ª Infância sem Pobreza** para assegurar atendimento às crianças de 0 a 3 anos, associando os serviços de saúde, educação e assistência, com a concessão da **Bolsa Infância sem Pobreza**, às mães com filhos nesta faixa de idade, em situação de extrema pobreza, condicionada à execução de atividades de desenvolvimento neurocerebral, à frequência ao **Programa Maternidade Assistida** e às demais especificações do Programa Bolsa Família;
- .2 Criar um **novo padrão de edificação das escolas públicas municipais**, para que as novas escolas e Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI's) já estejam adequados à diretriz da ampliação da **jornada escolar para 7 horas diárias**;

- .3 Construir um modelo de **Escolas de Referência**, capazes de aglutinar os alunos das escolas e CMEI's não adaptadas à jornada ampliada, oferecendo condições de atendimento no contraturno (refeitório, espaços de descanso e recreação, biblioteca, salas de multimídia, quadra de esporte cobertas, salas de reforço, laboratórios de computação, etc.)
- .4 Estimular a integração entre as redes públicas, municipal e estadual de educação (planejamento das redes, matrícula unificada informatizada, o compartilhamento de recursos em especial na área de formação continuada dos professores, e a introdução da especialização de mercado);
- .5 Assegurar a manutenção das condições físicas dos prédios escolares;
- .6 Ampliar a climatização das escolas;
- .7 Assegurar a elaboração de projetos e a realização de obras de reparação e ampliação das unidades existentes;
- .8 Garantir a coordenação e execução da descentralização de recursos junto às escolas e centros municipais de educação infantil;
- .9 Captação e aproveitamento de recursos das linhas federais de desenvolvimento da educação infantil.

2 Qualidade da Educação

- 2.1 Aumentar o tempo de permanência diária dos alunos nas escolas;
- 2.2 Estimular a assiduidade do aluno na sala de aula;
- 2.3 Favorecer intervenções pedagógicas que possibilitem competências linguísticas;
- 2.4 Prover o ensino de qualidade de forma a ampliar o acesso e as taxas de conclusão com melhoria da eficiência no uso dos recursos disponíveis (provimento e gestão do ensino) e avaliar qualidade do ensino do sistema público de educação;
- 2.5 Assegurar a realização de eventos pedagógicos e culturais (olímpiadas, concursos, feiras do conhecimento, festivais de vídeos e documentários, etc.);
- 2.6 Criar brinquedotecas nos Centros Municipais de Educação Infantil;
- 2.7 Criar minibibliotecas (PROJETO PRATELER) dentro de cada sala de aula - uma prateleira com títulos da literatura brasileira e universal - como forma de envolver os alunos em um ambiente em que os livros sejam seus grandes parceiros com o objetivo de incentivar a leitura de paradidáticos.

- 2.8 Incentivar os pais a começarem a montar a biblioteca particular dos filhos, por meio de eventos dentro da própria escola como a realização de minifeiras de livros usados ou doados. Cada escola organizaria, dentro de sua programação semestral sua própria feira de livros, para serem comercializados a preço acessíveis a todas as famílias. Serão as chamadas FELIME's (Feira de Livros da Minha Escola).
- 2.9 Criar as rodas de leitura semanais com participação dos alunos, pais e mestres, como forma de estimular as famílias a estender a prática de leitura e a contação de histórias para dentro de casa.
- 2.10 Reestruturar ações de avaliação de desempenho acadêmico e implantar/institucionalizar ações de avaliação de programas, projetos e políticas educacionais;
- 2.11 Garantir integração pedagógica entre a educação infantil e o ensino fundamental;
- 2.12 Garantir condições de criação de uma escola viva (ambiência escolar, relações interpessoais, atendimento às demandas próprias da adolescência, etc.);
- 2.13 Garantir outros profissionais nas escolas: psicopedagogos, psicólogos, sexólogos, etc.;
- 2.14 Garantir que o ensino de arte seja realizado por profissionais com formação adequada para a função;
- 2.15 Criar nas escolas espaço de vivências de experiências com as quatro linguagens previstas na Lei de Diretrizes Básicas.

3 Gestão educacional

- 3.1 Criar a **Secretaria Municipal de Educação Infantil**, que passará a ter responsabilidade pela política educacional de 0 a 5 anos, bem como pela condução do **Programa 1ª Infância sem Pobreza, Bolsa Infância sem Pobreza e Programa Maternidade Assistida**, em articulação com os demais órgãos de política social municipais, especialmente a **Secretaria Municipal de Ensino Fundamental**;
- 3.2 Retomar a democratização da gestão escolar (realizar eleição direta para diretor de escola com base em Lei Municipal);
- 3.3 Ampliar a participação das famílias na vida escolar dos alunos;

- 3.4 Valorizar as escolas municipais como espaços abertos de convivência e conhecimento, contribuindo para a melhoria da qualidade da educação das pessoas e comunidades, promovendo o desenvolvimento local com atividades socioeducativas nos finais de semana;
- 3.5 Reativar o site da SEMEC – para garantir a publicidade e transparência dos atos administrativos;
- 3.6 Fortalecer os Conselhos Escolares (formação, acompanhamento e controle);
- 3.7 Garantir a formação técnico-gerencial contínua dos gestores escolares;
- 3.8 Garantir condições tecnológicas para a operacionalização da interlocução da gestão escolar com o MEC no que diz respeito aos diversos programas e projetos de apoio técnico-pedagógico-financeiro às escolas;
- 3.9 Construção do centro administrativo da educação municipal para unificar a gestão do sistema e favorecer o atendimento e apoio aos gestores escolares e comunidade;
- 3.10 Promover a intersetorialidade entre as políticas públicas sociais;
- 3.11 Garantia dos padrões mínimos de funcionamento (estrutura, recursos humanos, recursos financeiros e qualidade);
- 3.12 Garantir sistema informatizado efetivo de apoio à gestão do sistema municipal de ensino;
- 3.13 Modernizar o organograma gerencial da secretaria;
- 3.14 Fortalecer as práticas de planejamento estratégico na gestão do sistema e na gestão escolar;
- 3.15 Municipalizar as escolas estaduais do primeiro ciclo do ensino fundamental.

4 Valorização dos professores e dos demais profissionais da Educação

- .1 Garantir o cumprimento integral da Lei nº 11.738/2008 (Lei do Piso), que trata do salário e do horário pedagógico;
- .2 **Criar um Centro de Assistência e Apoio aos Professores;**
- .3 Oportunizar formação continuada dos professores e demais profissionais da educação;
- .4 Liberar integralmente o professor para pós-graduação *stricto sensu*;
- .5 Implantar um programa de permanência do docente na escola visando à qualidade do ensino;

- .6 Garantir um Programa de Gestão de Pessoas e Capacitação Gerencial dos profissionais da administração central da Secretaria.

5. Inclusão e Diversidade

- .1 Educação Especial: para que as diferenças sejam conhecidas, reconhecidas e respeitadas em suas individualidades;
- .2 Educação Afrodescendência: para que os alunos saibam, além de tudo, sobre a origem da cultura e tradições brasileiras;
- .3 **Educação para o Empreendedorismo: para desenvolver nos alunos a habilidade criar soluções, lidar com problemas e enxergar oportunidades.** Fundamental para a constituição de cidadãos proativos e protagonistas de sua própria história;
- .4 Educação Artístico-musical: para o desenvolvimento de vocações e refinamento do conhecimento artístico e musical;
- .5 Educação do Campo: para que se respeitem os frutos, as diferenças regionais e para que se conheçam as especificidades da região, destacando sua importância;
- .6 Atendimento Especializado: cada aluno e até mesmo a comunidade escolar tem suas particularidades, que devem ser trabalhadas individualmente.
- .7 Educação de Jovens e Adultos - Educação profissional e tecnológica: ampliação do EJA, tendo em vista, com mais proximidade, o mercado de trabalho;
- .8 Diversidade de Gênero: o respeito às diferenças e estilos de vida devem ser respeitados;
- .9 Educação Ambiental: cuidar bem do planeta e da cidade em que se vive é um grande passo para a formação de cidadãos;
- .10 Educação no Trânsito: prevenir acidentes no presente e formar futuros adultos que respeitem as normas e a convivência pacífica com os demais agentes de trânsito.
- .11 Educação contra as Drogas: discutir permanentemente a prevenção do uso e do envolvimento com o mundo das drogas, alertando para as consequências devastadoras vida do usuário e da família.

SAÚDE

Um dos principais pontos a serem trabalhados pela Gestão 2013-1016 de Firmino Filho à frente da Prefeitura é a Saúde. Há que se repensar estratégias, modos de fazer, oferecer e de aferir resultados para uma melhor oferta de serviço em uma política que começa bem antes do teresinense precisar do equipamento municipal de Saúde, com programas e projetos de estímulo a uma vida saudável e à prevenção de doenças e acidentes, incluindo a educação no trânsito. A família, o mais importante núcleo da sociedade, ganha mais atenção e cuidados, com a expansão e requalificação da Estratégia Saúde da Família em **Meu PSF**, ainda mais forte e mais perto de quem precisa.

Um dos primeiros aspectos a serem considerados é o orçamento crescente da Fundação Municipal de Saúde, que hoje está na ordem de 38% do orçamento geral da Prefeitura de Teresina, com clara tendência de continuar se elevando a patamares que podem inviabilizar as duas instituições.

Convém ressaltar igualmente, que o número de servidores gira em torno de 9.000, correspondendo a mais de 50% de todos os servidores da Prefeitura de Teresina, embora as reclamações quanto à qualidade dos serviços sejam cada dia maiores, conforme atestam pesquisas de opinião pública recentemente divulgadas na capital.

Neste sentido, as propostas a seguir têm três princípios fundamentais a lhes dar suporte:

1. É necessário focar a gestão. **Neste momento está claro que o principal problema dos serviços da Fundação Municipal de Saúde não se localiza principalmente na questão dos recursos financeiros e de pessoal, mas na gestão do sistema.** A centralização administrativa, a burocracia e a politização das decisões hoje impedem a provisão de melhores serviços e racionalização da oferta de serviços assistenciais. Sem esforço de gestão concreto, inovador e focado no resultado para a população, a situação da saúde pública teresinense tende a se agravar. Cabe ressaltar que a melhoria qualitativa da gestão deve se dar não apenas nas várias unidades que compõem o sistema, mas principalmente na gestão da rede assistencial da cidade;

2. Para a melhoria do modelo de atenção à saúde, **é necessário que o sistema avance na perspectiva de realmente transformar a Atenção Básica (AB) em uma estratégia de reorganização do SUS**. Sabe-se, por diversos estudos científicos, que **um sistema de saúde com forte referencial na Atenção Básica é mais efetivo, tem menores custos e é mais equitativo** – mesmo em contextos de grande desigualdade social;
3. Na gestão do trabalho, este plano se fundamenta na concepção de que o gestor tenha clareza de que só será possível a consolidação do SUS com uma política de valorização do trabalhador de saúde. Para tanto, o trabalhador deve ser visto como um sujeito no seu processo de trabalho que pode contribuir significativamente com o planejamento, formulação e execução das ações de saúde. É importante que ele participe das decisões e se sinta corresponsável na execução das ações. Para que isto aconteça, é necessário promover um ambiente de trabalho democrático, saudável e participativo que possibilite o “sentimento de pertencimento”.

Destes três princípios gerais derivam a série de compromissos de governo que são elencados a seguir:

- Rever a estrutura organizacional dos serviços de saúde no município, descentralizando as decisões e consolidando um modelo inovador de gestão focado na racionalização dos recursos, na valorização do trabalhador em saúde e na obtenção de resultados junto à população. Para alcançar este objetivo serão criadas duas novas estruturas para execução das atividades. Assim, os serviços de saúde no município de Teresina serão coordenados a partir de três instituições:

- **Secretaria Municipal de Saúde:** órgão encarregado pelo desenho da Política Municipal de Saúde e da Rede Hierarquizada de Saúde, a partir das funções de regulação, avaliação e controle do Sistema Único de Saúde, desenvolvendo atividades de planejamento, organização e monitoramento, auditoria e controle, aprendizado e inovação e gestão estratégica e participativa;

- **Fundação Municipal de Saúde Básica:** órgão executor das funções de vigilância e atenção primária em saúde, competindo a este órgão a implementação da política de atenção básica; o fortalecimento e ampliação do controle das doenças transmissíveis, bem como os aspectos de vigilância de doenças e agravos não transmissíveis; da situação de saúde, vigilância ambiental em saúde, da saúde do trabalhador e a vigilância sanitária. Também será responsável pelo Programa Nacional de Imunização e o controle de zoonoses;

- **Fundação de Apoio às Urgências, Emergências e às Especialidades:** órgão executor do apoio às atividades dos hospitais municipais; às unidades “AMA” e “AME” (Atendimento Médico Ambulatorial e Atendimento Médico Especializado); ao SAMU; ao Centro de Diagnóstico de Exames Raul Bacellar; ao Centro de Diagnóstico por Imagem; Centro de Especialidades Odontológicas; e aos Centros de Atenção Psicossocial (CAPs).

PROGRAMA DE FORTALECIMENTO E MELHORIA DA QUALIDADE DOS HOSPITAIS MUNICIPAIS DE TERESINA

- Transformar o HUT em hospital do trauma nas urgências de Cirurgias Ortopédicas, Neurocirurgia, Cirurgia Vasculor Arterial, Cirurgia Geral, Cirurgia Pediátrica, Cirurgia Plástica e Buco-Maxilo;
- Redimensionar a Política de Atenção Materno-Infantil, com a ampliação da Maternidade Wall Ferraz, no Dirceu Arcoverde II, e do Hospital do Buenos Aires, dotando a Maternidade com UTI neo-natal;
- Construir nova alternativa de gestão e relacionamento do Hospital de Urgência de Teresina (HUT) com os demais setores da rede de saúde da capital e do Estado do Piauí;
- Ampliar os Hospitais do Satélite e do Promorar para atendimento Clínico, Cirurgias Gerais de médio e pequeno porte, Cirurgias eletivas, Cirurgias Urológicas, Cirurgias Pediátricas, Cirurgia Geral eletiva;
- Construir e equipar 2 UPAs (anexo aos Hospitais do Satélite e do Promorar) com atendimento clínico, pequena cirurgia, pediatria e ortopedia;
- Ampliar os Hospitais: Mariano Castello Branco, Parque Piauí, Matadouro e Dirceu;

- Determinar metas concretas e verificáveis, com definição de indicadores de desempenho e incentivos e sanções relacionadas ao cumprimento das metas;
 - Fortalecer convênios com as universidades públicas e privadas para alocação de médicos para cumprir residência médica nos hospitais municipais;
- Implantar o acolhimento com classificação de risco em todos os hospitais;
- Implantação dos seguintes centros:

- **Centro de Especialidade Odontológica:** implantação de uma unidade na regional sul e outra na regional leste sudeste;
- **Atendimento Médico Especializado:** implantação em cada região da cidade, organizando os serviços de assistência com abrangência regional para o atendimento a consultas especializadas, preparadas também para o funcionamento noturno – voltado para o trabalhador – nas quatro zonas da cidade.
- **Atendimento Médico Ambulatorial:** implantação do serviço em cada regional de saúde, com funcionamento até meia noite, de maneira integrada e multiprofissional, com o atendimento não agendado de pacientes portadores de patologias de baixa e média complexidade nas áreas de clínica médica, pediatria, ginecologia e odontologia. O objetivo é ampliar o acesso de pacientes que necessitam de atendimento imediato, racionalizar, organizar e estabelecer o fluxo de pacientes para as UBS, Ambulatórios de Especialidades e Hospitais.
- **Centro Unificado de Diagnóstico por Imagem:** criação do CDI (ultrassom, raio X, eletrocardiograma, radiologia, etc.), com emissão de laudos informatizados em tempo hábil

- Dotar a cidade de:

- 1 CAP II em cada regional com *atendimento a pessoas com transtornos mentais.*
- 2 CAPs ad em cada regional com *atendimento a pessoas com problemas pelo uso do álcool ou outras drogas.*
- 1 CAP III com *serviços a população 24 horas por dia*
- 1 CAP ad III com *atendimento 24h a pessoas com problemas pelo uso do álcool ou outras drogas.*

PROGRAMA VOLTADO PARA A ATENÇÃO BÁSICA

A Atenção Básica parte da premissa de que a **saúde** tem de estar “**perto do cidadão**”, o que significará que a sua organização deve atender aos seguintes critérios:

- Reterritorialização – Definição clara da área de abrangência do atendimento de cada equipe de Saúde da Família ou da Unidade Básica de Saúde.
- Equipes readequadas – A composição das equipes de Atenção Básica deve adequar-se às características da população adstrita, assim como aos problemas de saúde a serem enfrentados,
- Implantar a odontologia em todas as equipes do PSF
- Implantação do Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF.
- Fortalecimento da gestão dos serviços – O gestor deve ser escolhido de acordo com critérios objetivos e técnicos;
- Diretrizes operacionais – As ações a serem desenvolvidas, com base no Pacto pela Saúde, no Termo de Compromisso de Gestão do Município e no Plano Municipal de Saúde.
- Rede de retaguarda – Definição da rede de retaguarda para urgência/emergência e de mecanismos claros de referência e contra referência.
- Infraestrutura – Garantia de investimento em estrutura predial e na aquisição de equipamentos e a readequação de todas as unidades básicas de saúde;
- Qualificação, gestão do trabalho e educação em saúde – Estabelecer as prioridades para a capacitação e educação permanente das equipes de Saúde do município.
- Adesão ao Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica – PMAQ.

OUTRAS AÇÕES

- De maneira articulada com as demais áreas sociais, focar políticas de prevenção e promoção específicas para:
 - A Terceira Idade;
 - Acidentes e Violência;
 - Atenção à Primeira Infância;

- Saúde da Mulher
- Saúde do Trabalhador

- Criar o projeto de **Combate à Epidemia das Drogas** com implantação de Casas de Acolhimento Transitório para a recuperação de usuários de drogas;
- No âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, **implantar a política de Gestão Estratégica de Pessoas**, com o estabelecimento de ações de valorização do servidor;
- **Implantar o Programa de Internação Domiciliar**, para garantir apoio e acompanhamento a pacientes acamados do município, que não tenham condições de se locomover, com encaminhamento por meio do Programa Saúde da Família e dos hospitais, que exijam intensidade de cuidados mais complexos que os procedimentos realizados pelo PSF.
- Redefinir as estruturas e processos na área de informação em saúde para subsidiar com informações confiáveis os processos de tomada de decisão;
- Aprimorar os mecanismos de vigilância em saúde a partir do desenvolvimento de uma perspectiva interssetorial e participativa, visando à construção de uma cultura de auto responsabilidade do cidadão;
- Fortalecer as relações administrativas e de parceria com o Ministério da Saúde, a Secretaria Estadual de Saúde (SESAPI) e o Conselho Municipal de Saúde.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Política de Assistência Social muda e amplia seus conceitos e objetos de estudo e trabalho. Em Teresina, não é diferente: este setor da administração passa por mudanças na sua forma de gestão e se encaminha para consolidar, definitivamente, o estabelecido na Constituição de 1988 e na Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, ou seja, sua condição de política pública, garantidora de direitos e ferramenta importante para o combate à pobreza, por meio do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

As ações desta nova política, por assim dizer, voltam-se para a prevenção de riscos sociais e pessoais, com o desenvolvimento de potencialidades e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, a partir da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social, como também, para famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros aspectos.

Outros eixos de atuação estão relacionados à elevação da renda per capita e ao aumento das condições do bem-estar da população por meio de estratégias que apontem para garantia de renda, acesso a serviços públicos e inclusão produtiva.

O município de Teresina, nas gestões do PSDB, apresentou consideráveis avanços na construção desse sistema, contudo, as demandas aumentam juntamente com a necessidade de estruturação de gestão que consiga articular a assistência social às demais políticas públicas e, assim, oferecer condições concretas de erradicação da extrema pobreza.

Para viabilizar essas ações, o grande desafio da moderna política de assistência social é organizar sua gestão por meio de um plano articulado com outras políticas como educação, saúde, habitação, dentre outras, seguindo lógica do trabalho em rede (entidades socioassistenciais e unidades estatais), que possa contar com a importante participação dos usuários na condução da gestão, como também, dar continuidade à estruturação dos seus serviços, então modernizados e ampliados. Somente com a construção de uma política que consiga garantir o acesso a bens e serviços que possibilitem ao cidadão teresinense uma vida mais digna promovendo a real superação

das situações de pobreza extrema é que vamos poder dizer que o trabalho vem sendo plenamente realizado.

É importante salientar, também, que nenhuma ação deste documento será válida sem a valorização dos trabalhadores dessa política e sem formas de financiamento necessárias à sua efetividade.

A futura gestão do PSDB em Teresina apresenta, então, três linhas básicas que serão referência para as ações na gestão da política de assistência social:

- Garantia de renda
- Acesso a serviços públicos de qualidade
- Inclusão produtiva

Este pilar, plenamente contemplado, na visão de Firmino Filho já garante uma efetiva política pública de assistência social. A seguir, as principais linhas de ação propostas, organizadas através dos eixos principais de compreensão e atuação:

GESTÃO

Estabelecer diretrizes para prestação de serviços socioassistenciais, definir padrões de qualidade e implementar mecanismos de controle e avaliação dos serviços socioassistenciais e entidades parceiras da Prefeitura.

Fortalecer o Sistema Único de Assistência Social - SUAS, por meio da articulação dos serviços.

Articular, junto com as demais secretarias, da condução do Programa **1ª Infância sem Pobreza**, garantindo sua integração com os demais programas de transferência condicional de renda do Governo Federal e, principalmente, a identificação dos seus beneficiários;

Criar Programa de Microcrédito para as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família acompanhadas pelos CRAS.

Criar o Fundo Especial de Desenvolvimento Social - FUNDES, cujos recursos serão destinados a incentivar o desenvolvimento de atividades de promoção social, incrementar a produção e a comercialização na área do desenvolvimento social, bem como prestar apoio e assistência técnico-social a nível comunitário.

Criar Centro de Referência em Direitos Humanos na Prevenção e Combate à Homofobia.

Expandir, fortalecer e articular todas as ações municipais voltadas às demandas ligadas à diversidade sexual, em articulação com os demais órgãos de política social de Teresina.

Valorizar os Conselhos Municipais de Políticas Públicas e de Defesa de Direitos, como conquistas da sociedade e instrumentos operacionais importantíssimos, principalmente para o gestor.

Investir na capacitação permanente dos Conselheiros.

Promover ações integradas nas áreas da Assistência Social, Cultura, Educação, Esportes, Lazer e Saúde.

Criação do microcrédito, capacitação profissional e cooperativismo, enfocando prioritariamente a prevenção e a atenção à famílias em situação de vulnerabilidade social.

Implantação de políticas públicas municipais destinadas à promoção da igualdade racial e contra qualquer tipo de discriminação.

Implantação de um modelo de planejamento, monitoramento e avaliação territorial e intersetorial, com centralidade na família, em articulação com as demais políticas públicas.

Promoção de esclarecimento acerca dos serviços ofertados no âmbito do SUAS para os operadores das demais políticas e também para os usuários.

Construção de um sistema de informação municipal que possibilite o mapeamento, identificação e alimentação sistemática das vulnerabilidades e riscos sociais a partir dos territórios de referência dos CRAS.

Elaboração do diagnóstico socioterritorial, com a definição do Índice de Vulnerabilidade Social Municipal de Teresina (migração CadÚnico) para definição de estratégias adequadas de enfrentamento das vulnerabilidades das famílias e para monitoramento das políticas sociais.

Ampliação, estruturação (recursos humanos, equipamentos) e fortalecimento da Rede de Proteção Social Básica e Especial.

Definição de metas quantitativas e qualitativas de atendimento dos serviços socioassistenciais.

Fortalecimento do Conselho Municipal da Assistência Social e dos seus segmentos.

Incentivo à criação do Fórum de Assistência Social e seus segmentos.

Valorização dos trabalhadores do SUAS, com a adoção de uma Política de meritocracia e incentivos salariais atreladas ao cumprimento de metas.

Fortalecimento na capacitação e formação dos trabalhadores do SUAS, com a implantação de um Centro de Formação.

Estabelecimento de fluxos de serviços de referência e contra-referência entre as políticas da Assistência Social, Saúde, Educação, Juventude, Segurança, Habitação, Previdência Social e Cultura.

Regulação dos benefícios eventuais no município de Teresina com cofinanciamento dos governos Municipal e Estadual.

Implantar projeto “Abrigo”: identificar famílias em situação de vulnerabilidade social não contempladas pelos serviços de assistência social do município e promoção da sua inserção em tais serviços.

Consolidar os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) como espaço destinado à oferta de serviços e desenvolvimento de ações destinadas à prevenção das situações de violação de direitos, fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e apoio a família no desempenho de suas funções.

SEGMENTOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Pessoas com Deficiência

Criar Coordenadoria de Atenção à Pessoa Idosa, com *status* de Secretaria.

Implantar programa “Cidade Eficiente”: elaborar política pública municipal para a pessoa com deficiência que vise desenvolver atividades em diversas áreas, fundamentadas na inclusão social e na igualdade de oportunidades.

Ampliar políticas de inclusão para cidadãos com deficiência e mobilidade reduzida.

Elaborar estudo censitário para delimitação do número exato de pessoas com deficiência no município de Teresina, suas deficiências e necessidades como cidadão.

Fomentar cultura de inclusão entre os teresinenses, promovendo acessibilidade arquitetônica, atitudinal e comunicacional das pessoas com deficiência por meio de cursos de informática específicos, em braile, libras, leitura labial voltados a deficientes, cuidadores, funcionários públicos e comunidade em geral.

Ampliar frota do transporte eficiente - melhor ou única forma de locomoção segura das pessoas com deficiência, em especial as que residem em lugar de difícil acesso ao transporte urbano.

Assegurar mercado de trabalho tenha adaptações adequadas ao profissional deficiente, articulada com os órgãos municipais responsáveis pela infraestrutura.

Fomentar articulação permanente entre as políticas de Saúde, Assistência Social e Educação no atendimento às pessoas com deficiência.

Construção de estratégias no âmbito do SUAS para atendimento às pessoas com deficiência.

Pessoa idosa

Implantar programa “**Sempre é Tempo de Aprender**”, com oferta de cursos, voltados para a melhor idade, em diversas áreas como espiritualidade, informática e manutenção da saúde.

Implantar programa “**Mais Vida na Sua Vida**”: promoção e estímulo à utilização, pelos idosos, dos espaços existentes na cidade (praças, parques), com ofertas de serviços e atividades de convivência, esporte e lazer, respeitando a diversidade das regiões da cidade e as limitações da idade;

Implantar projeto “**Meu Amigo, Meu Tesouro**”: ampliação e fortalecimento dos grupos de idosos, importantes ferramentas de manutenção da saúde e do bem-estar emocional.

Implantar ações que objetivem orientação de trabalhadores das áreas de transporte público, saúde e facilitadores que trabalham diretamente com grupo de idosos, para que os mesmos possam humanizar e levar mais carinho ao atendimento com este tipo de público.

Criar serviços especializados no atendimento à pessoa idosa violentada.

Implantar ações que priorizam a formação sobre a legislação da pessoa idosa nas escolas.

Juventude

Implantar programa “**Meu Primeiro Emprego**” no mercado de trabalho com acompanhamento e premiação de empresas parceiras.

Articular com as demais secretarias e órgãos a implementação do programa “**Teresina sem Drogas**”, garantindo identificação do público alvo em situação de vulnerabilidade e a implementação e encaminhamento dos beneficiários às diversas modalidades de serviço do programa.

Criar selo municipal de empresa amiga da juventude, no sentido de que se identifique e elimine a exploração do trabalho juvenil, ao mesmo tempo em que se promove a inserção ativa e digna da juventude no mercado de trabalho, com mais e melhores empregos.

Implantar o programa “**Jovem Profissional**” a fim de capacitar jovens em áreas que favoreçam sua inserção no mercado de trabalho, através da Fundação Wall Ferraz.

Realizar feiras para a juventude, como forma de divulgação de vagas de trabalho e promoção do aparecimento de oportunidades para o empreendedorismo.

Criar os Espaços THE: ambientes descentralizados de acesso à cultura nas zonas norte, sul, leste e sudeste de Teresina. Nestes locais, serão executados projetos nas áreas da arte e cultura para a juventude, formados por uma comissão gestora das entidades/grupos/movimentos juvenis;

Fortalecer, por meio de ação integrada com outras áreas, uso de espaços públicos como quadras de esporte, campos de futebol e pistas de *skate*, com ofertas de serviços e atividades na área do esporte e lazer para os jovens.

Fomentar protagonismo juvenil por meio da participação e da organização dos jovens para o desenvolvimento de atividades socioeducativas junto aos seus pares e construção de estratégias para enfrentamento de problemas presentes entre a juventude de sua comunidade/território.

Incentivar a articulação no espaço escolar, para promover desenvolvimento de atividades de prevenção à violência na escola e fomentar a cultura de paz.

Garantir implantação das políticas públicas integradas para a juventude rural com a importante participação da mesma na elaboração e na gestão.

Criar agenda anual para a operacionalização da “Caravana Social da Juventude”, que presta assistência continuada às comunidades em geral, com financiamento garantido.

Articular ações da SEMTCAS com a SEMJUV, voltadas ao fortalecimento da política de juventude.

Promover qualificação de jovens e entidades juvenis, garantindo /viabilizando captação de recursos públicos para a realização de projetos de fomento aos grupos/ entidades/movimentos de acordo com sua realidade.

Mulher

Criar o **Programa “Reencontros”**, de promoção de ações de enfrentamento à violência contra mulheres vítimas do tráfico e da exploração sexual e que exercem a atividade de prostituição;

Ampliar e aperfeiçoar a rede de atendimento às mulheres vítimas de violência.

Promover atenção especial à saúde das mulheres vítimas de violência com atendimento qualificado e específico.

Promover realização de ações e campanhas socioeducativas e culturais na área de gênero, orientação sexual e prevenção à violência contra mulheres voltadas ao público escolar e à sociedade em geral.

Elaborar políticas públicas para a geração de renda, contemplando as mulheres que se encontram em situação de vulnerabilidade social e/ou pessoal, usuárias dos serviços das diversas secretarias e políticas.

Buscar e firmar parcerias com empresas para que se realize o encaminhamento das mulheres que participam dos programas de capacitação promovidos pela Coordenação Municipal da Mulher ao mercado de trabalho.

Estabelecer interrelação entre os conselhos municipais (Conselho dos Direitos da Mulher, Conselho da Saúde, Conselho da Educação, Conselho do Meio Ambiente, Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural), visando melhorar a política de atendimento nas diversas áreas.

Firmar parcerias entre as Secretarias Municipais e o Sistema “S” (SENAC, SENAI, SESC, SESI, SENAR, SENAT), dando oportunidade às mulheres atendidas na rede de serviço socioassistencial acesso aos cursos profissionalizantes.

Promover autonomia econômica e financeira das mulheres por meio do apoio ao empreendedorismo, associativismo, cooperativismo e comércio.

Articular e promover campanhas educativas: DSTs, HIV/Aids e sexualidade às mulheres na terceira idade, mulheres com deficiência e divulgar os programas de atendimento à saúde da mulher existentes nas Unidades Básicas de Saúde.

Criança e Adolescente

Criar o **projeto “Amor de Mãe”**, de promoção de atendimento integral à criança e ao adolescente vítima de violência sexual por meio de ações articuladas na rede de atendimento.

Garantir prioridade na inserção de programas sociais e de geração de emprego e renda a famílias em situação de pobreza extrema que possuam crianças e adolescentes.

Criação do **Programa “Teresina que Protege”**, que articulará as diversas ações municipais de proteção aos direitos das crianças e adolescentes.

Criar comissão permanente para capacitação dos educadores de educação infantil, escolas, entidades parceiras, para a identificação e encaminhamento de casos de violência contra crianças e adolescentes.

Garantir estrutura logística necessária ao pleno desenvolvimento das ações do Conselho Tutelar e investimento na capacitação dos(as) conselheiros(as);

Articular bancos de dados e uniformização das classificações dos fatos de violência contra crianças e adolescentes registrados, em consonância com o sistema nacional.

Constituir comissão municipal permanente, com a participação de adolescentes que poderão sugerir ações, acompanhar e avaliar a efetividade de propostas no “Plano Municipal de Enfrentamento a Violência” contra crianças e adolescentes.

Criar e implementar programas permanentes e continuados de prevenção à violência sexual e doméstica nas mais diversas formas com as escolas, unidades de saúde, universidades e entidades parceiras.

Fomentar e financiar campanhas ações de não-violência por meio dos espaços na mídia, *sítes* e comunidade.

Apoiar e fortalecer instituições não governamentais que atuam de forma complementar ao poder público na prestação de serviços e proteção à criança e adolescente, por meio de parcerias.

Intensificação de agentes sociais para detecção de crianças em situação de trabalho infantil e adolescentes em trabalho desprotegido, e realizar a sua inserção na

rede de atendimento socioassistencial, inclusive em serviços e benefícios específicos para os casos de famílias em situação de extrema pobreza.

Promover campanhas para o rompimento do “Pacto do Silêncio” nas situações de violência sexual cometidas contra crianças e adolescentes e situação de violência doméstica.

Fortalecer o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente.

Primar pelo fortalecimento da proteção social da criança e adolescente no âmbito da família, de modo a garantir a proteção integral às situações de vulnerabilidade e/ou risco social.

Promover, de forma articulada com a SEMEC, programas socioeducativos para difusão dos direitos humanos e deveres de crianças e adolescentes.

CULTURA

A Cultura pode ser entendida de diversas formas, todas elas convergindo para algo positivo: a cultura enquanto conhecimento e a cultura enquanto manifestação de determinado grupo de pessoas, comunidades e cidades. A Gestão 2013-2016 de Firmino Filho contempla todas as formas de cultura, de maneira ampla, eficiente.

Num contexto de descentralização das políticas, como o que se verifica no Brasil desde a Constituição de 1988, a ação cultural de uma prefeitura, especialmente uma prefeitura de capital, como é Teresina, tem de estar ligada a resultados sociais, no sentido da promoção das pessoas (principalmente jovens) que demonstrem talento para alguma manifestação artística, reconhecendo-as não só culturalmente, mas também do ponto de vista social e econômico.

Este é o principal foco da ação cultural a ser desenvolvido na próxima administração da Prefeitura de Teresina sob a gestão do PSDB. Neste sentido, as propostas aqui delineadas se estruturam a partir de dois princípios fundamentais e igualmente importantes:

1. A Cultura é política essencial para o reconhecimento e o desenvolvimento da pessoa humana e, para tanto, tem de estar integrada ao contexto da execução das demais políticas da área social, principalmente no que tange à educação e também, à política de desenvolvimento do município, posto que as atividades culturais constituem igualmente uma fonte de renda e emprego característicos de cidades que perseguem o desenvolvimento sustentável, como é o caso de Teresina;

2. Na administração 2013 – 2016, o foco da gestão da Cultura no município também estará voltado a um papel integrador da cidade, a partir da construção e desenvolvimento de espaços culturais integrados nas principais regiões da cidade. Os espaços de cultura deverão cultivar relação com os demais equipamentos urbanos e fomentar nas diversas regiões, os valores e manifestações típicas de Teresina, fortalecendo nos diversos setores sociais os sentimentos de pertencimento e integração à cidade, considerada a partir de seus símbolos, memória e manifestações artísticas.

A seguir, estão delimitadas as principais propostas que tornarão realidade esta nova visão de administração da política cultural na cidade de Teresina, pensada e formulada em políticas de gestão e desenvolvimento da cultura, abrangendo os aspectos de formação, ação, difusão e fomento a cultura.

1. Criar os **Complexos Culturais de Teresina** contemplando, nas quatro regiões da cidade com midiateca, anfiteatro, praças, espaços de convenções para a exibição das produções culturais dos participantes de cursos e oficinas propostas pela prefeitura, além de museus diferenciados com os da Pessoa, da Imagem e do Som;

2. Elaborar o **Plano Municipal de Cultura**, com promoção de discussões amplas e democráticas, com a participação da sociedade civil para implantação do Plano Nacional de Cultura do Governo Federal, com representação dos diversos segmentos das linguagens artísticas e culturais de Teresina, a fim de criar um plano que se adeque à nossa realidade e à nossa identidade;

3. Criar o **Programa Minha Biblioteca** de apoio às iniciativas comunitárias de desenvolvimento de bibliotecas nos bairros, projetos de leitura e atividades integradas ao **Programa 1ª Infância sem Pobreza**, estimulando a articulação entre centros de educação infantil, escolas municipais e famílias em favor da alfabetização e da leitura;

4. Criar o **Museu de Arte Popular do Piauí**, com o objetivo de resgatar a cultura popular nos mais diversos segmentos das artes;

5. Criar e instalar a **Pinacoteca Municipal de Teresina**, reunindo obras e exposições de artísticas locais, nacionais e internacionais;

6. Criar e instalar a **Estação Ciência**, área de exposição e divulgação científica da cidade, em colaboração com o Ministério da Ciência e Tecnologia, universidades e institutos públicos de pesquisa e faculdades privadas;

7. Promover, nas várias regiões da cidade, cursos para desenvolvimento de talentos naturais:

- Música (instrumental e vocal [coral]);
- Dança;
- Teatro;

- Teatro de bonecos;
- Artes plásticas;
- Audiovisual;
- Formação de DJs;

8. Capacitar permanentemente as pessoas diretamente envolvidas com Cultura para a elaboração de projetos, captação de recursos e implementação de atividades culturais;

9. Oportunizar cursos, seminários e encontros na cidade para integração e amadurecimento cultural e profissional dos artistas visuais;

10. Promover a discussão com a sociedade, em especial com instituições educacionais sobre as políticas culturais vigentes no Brasil;

11. Mapear, cadastrar e propor a criação de novos espaços culturais onde se fizerem necessários;

12. Mapear, cadastrar e divulgar as manifestações culturais teresinenses e seus atores;

13. Criação do **CRÉDITO CULTURA** – para garantir a circulação de bens culturais dentro e fora do Estado;

14. **Projeto Fazendo Arte:** levar artistas para oferecer oficinas de desenho e pintura, teatro, serigrafia, música aos espaços de cultura de toda a cidade.

15. **Garantir a qualificação e aperfeiçoamento institucional e de recursos humanos da Banda 16 de Agosto, da Orquestra Sinfônica de Teresina e dos grupos ligados à Fundação Cultural Monsenhor Chaves;**

16. **Garantir uma política de compra e manutenção de equipamentos para os diversos espaços culturais da cidade, tais como o Teatro do Boi, o Teatro de Arena, o Teatro João Paulo II e o Palácio da Música;**

17. **Reformar o Teatro João Paulo II;** adquirir novas poltronas e modernizar equipamentos de som e luz;

18. Implantar política de museus, propondo a criação do Museu da Cultura Imaterial de Teresina (virtual e interativo);

19. Desenvolver uma política de difusão e conexão interestadual e internacional da cultura;

20. Assegurar a participação de pessoas com necessidades especiais em programas e projetos executados na cidade;
21. Despertar para a cultura das águas em Teresina (turismo, esporte, lazer e transporte fluvial);
22. Promover um Circuito Cultural na área de Turismo, incluindo a visita aos ateliês dos artistas e museus da Cidade, onde também se encontra a arte piauiense;
23. Editar guia turístico com o endereço das artistas visuais, e fotos de obras de arte dos artistas teresinenses, para ser distribuído no aeroporto, rodoviária, hotéis, museus, teatros e demais espaços turísticos;
24. Retomar a musicalização infantil no pré-escolar e capacitar inicialmente os instrutores que assumirão a responsabilidade pelas turmas;
25. Retomar o “Chapadão Etapa Escolas Municipais” e o “Festival de Intérpretes” das escolas;
26. Reforçar a política de eventos também como política de inclusão social e econômica, dando oportunidade às pessoas qualificadas de mostrar seu progresso;
27. Manutenção do calendário de médios e pequenos eventos que formam o calendário cultural da Prefeitura;
28. Garantia dos grandes eventos: a) Carnaval; b) Festival de Música Instrumental; c) Virada Cultural; d) Corso; e) Chapadão;
29. Fazer funcionar a Gerência de Patrimônio Cultural da Fundação Monsenhor Chaves, que foi criada, mas não instalada;
30. Cuidar do patrimônio imaterial, de modo especial, dedicar atenção ao movimento de boi-bumbá, que corre risco de desaparecer.
31. Revitalização do edital de financiamento cultural Lei A. Tito Filho.
32. Fortalecimento da FM Cultura de Teresina com investimentos na emissora;
33. Criação do Prêmio FM Cultura de Música com a premiação dos trabalhos musicais/fonográficos registrados em forma de CD, DVD, Blue Ray e publicação na *web*.

ESPORTE E LAZER

A prática esportiva e do lazer esportivo no município de Teresina, atualmente, caracteriza-se pela ausência de uma política de incentivo ao esporte que, aliado a uma infraestrutura inadequada e/ou mal utilizada, resultam num setor esportivo com desempenho aquém de suas potencialidades.

Neste sentido, a realidade é que as iniciativas de apoio e promoção partem principalmente do poder público. Além disso, algumas federações do esporte amador mais atuantes tomam atitudes isoladas de promoção de suas modalidades.

De modo geral, as atividades podem ser classificadas como de caráter permanente (escolinhas de iniciação) e de apoio (promoção de torneios, campeonatos e jogos locais). Entretanto, além de incipientes, tais iniciativas caracterizam-se pela descontinuidade e baixa representatividade regional.

O futebol profissional se constitui como a manifestação mais significativa do esporte popular, associada à cultura e tradição brasileira. Em Teresina, são três as agremiações de futebol profissional e há mais de trezentas de futebol amador nas diferentes categorias que cumprem um calendário frágil e relativamente desorganizado.

Outros esportes também vêm ganhando a atenção da comunidade esportiva, como o judô, o atletismo, o ciclismo e a natação, o badminton que, junto com a capoeira, o rally/enduro e o karatê, formam o conjunto dos principais esportes de interesse da comunidade teresinense. Para abrigar essas iniciativas, existe uma tímida ação de criação de uma associação das federações de esportes amadores e associações o que já é uma boa iniciativa de organização deste segmento.

No que é relativo ao desporto escolar, a prática do esporte e a educação física no currículo escolar tem sido negligenciada, comprometendo a formação/descoberta de atletas em potencial, que nas décadas de 70 e 80 colocavam o esporte estudantil teresinense em níveis de competitividade nacional. Sendo assim, a Educação deve ser o principal parceiro no desenvolvimento do potencial esportivo teresinense, podendo consubstanciar as ações, tornando-as permanentes e inseridas no foco das demandas sociais.

Outro ponto de crítica remete ao fato de que as aulas de educação física estão sendo mal interpretadas atualmente, e deixaram de serem atividades físicas para serem, na sua maioria, apenas aplicação de conteúdos. As aulas de esportes

(modalidades esportivas) na escola foram retiradas da carga horária dos professores ceifando de vez com o esporte escolar. Além disso, muitas escolas carecem de espaços destinados à prática das atividades físicas e desportivas, desviando-se de uma das suas maiores funções, que é o incentivo ao desenvolvimento do esporte escolar como prevenção ao uso de drogas e como ferramenta de manutenção do aluno na escola. O próprio Ministério da Educação promove anualmente os JOGOS ESCOLARES BRASILEIROS e as secretarias de educação promovem também no âmbito estadual e municipal, mas retiram das escolas a sua prática.

Em termos organizacionais, a estrutura de gestão esportiva atuante em Teresina está representada por 18 Federações de Esporte Amador e por 02 entidades públicas de apoio e promoção ao esporte, a SEMEL – Secretaria Municipal de Esporte e Lazer e a FUNDESP – Fundação de Desporto do Piauí, que funcionam sem a mínima integração entre si e promovem atividades isoladamente.

Quanto à infraestrutura de esporte e lazer disponível no município, podemos dizer que é representativa. São muitas unidades esportivas localizadas nos diversos bairros e vilas da cidade, entretanto, são unidades que não têm manutenção adequada, o equipamento é incompleto e/ou inadequado para a prática de esportes específicos e, principalmente, falta um programa de utilização dessas unidades, com profissional habilitado que estimule e eduque a comunidade local para a prática de esportes, como fundamento para o desenvolvimento da sociabilidade e das relações interpessoais. Outros espaços também são utilizados pela comunidade teresinense para o lazer e a prática de atividades esportivas, como os clubes sociais, os shoppings, as ruas e os espaços comunitários (periferia da Cidade).

Com foco de ação na área dos esportes caberá à administração da Prefeitura de Teresina, sob o comando do PSDB e aliados, desenvolver os seguintes princípios:

1. Qualificar os espaços do Complexo Esportivo Lindolfo Monteiro/Verdão e, em parceria, o da UESPI/Campus Pirajá;
2. Estimular a execução de um calendário esportivo regular e organizado nas diversas modalidades e potencializá-lo na mídia em suas diversas manifestações);
3. Equipar e dar manutenção adequada aos equipamentos esportivos da cidade, com foco na construção de condições para a prática de modalidades específicas e de novas estruturas para a prática de esporte de alto nível;

4. Incentivar a construção de uma política de esporte e lazer voltada para a formação de atletas e a promoção desportiva, com a valorização da educação física e o desporto escolar;

Ações

1. Transformar Teresina em um Polo de Esporte assim como é de Saúde e Educação construindo o **Espaço do Esporte em Teresina**. (Complexo Esportivo Lindolfo Monteiro/Verdão - UESPI/Pirajá – Instituto de Educação – Liceu Piauiense);
2. Criar o **Programa Caminhar Saudável**, atuando nos espaços existentes de caminhadas com uma orientação através de estagiários das faculdades de Educação Física, Nutrição e Enfermagem de Teresina, para avaliações de saúde;
3. Criar o **Programa Férias: Tempo de Esporte**, para os alunos das redes públicas de ensino durante os períodos de férias escolares em julho e janeiro de cada ano.
4. **Fortalecer e ampliar o Programa Lazer nos Bairros** destinado a toda comunidade assistida, com uma ação conjunta com a Fundação Cultural Monsenhor Chaves e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.
5. Criar o **Programa de Incentivo ao Desporto Universitário**;
6. Criar o **Departamento de Esportes Paraolímpicos** na SEMEL;
7. Estabelecer como foco das ações da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer os esportes: escolar, federado, comunitário e de inclusão social (pessoas com deficiência e idosos);
8. Universalizar o acesso da população ao lazer e ao esporte de boa qualidade;
9. Desenvolver políticas para a prática de todas as modalidades, criando incentivos específicos àquelas de melhor desempenho dos talentos locais, a exemplo do judô;
10. Incentivar a utilização dos rios para a prática de esportes náuticos e como área de lazer;
11. Fomentar a atuação efetiva das empresas locais na formação e patrocínio de atletas e na implantação/manutenção de equipamentos;

12. Integrar as atividades do desporto escolar ao currículo das redes de ensino público e privado e apoiar os novos talentos daí surgidos;
13. Firmar convênios com a Secretaria Nacional de Esportes;
14. Estabelecer o programa de cobertura das quadras públicas e escolares já existentes aumentando sua vida útil e facilitando sua utilização inclusive nos horários mais quentes;
15. Realização de concurso público para formação do quadro permanente de servidores da SEMEL.

Seção 2

Construindo novos caminhos para uma Teresina sustentável:

- a.Desenvolvimento Econômico;
- b.Qualificação Profissional;
- c.Meio Ambiente;
- d.Modernização da Gestão Pública.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A cidade de Teresina tem uma população estimada, segundo o censo de 2011, de 822.363 habitantes, espalhados por seus 1.392 km², contabilizando uma densidade demográfica de 584,95 habitantes por km².

Deste conjunto de habitantes, 94,3% vive na zona urbana e apenas 5,7%, está na zona rural. Além disso, 53,2% desse total são mulheres e os demais 46,8% correspondem à população masculina do município.

Economicamente, Teresina responde por 45,7% do Produto Interno Bruto (PIB) do Piauí, e em termos de PIB *per capita*, se situava, em 2009, como a sexta cidade do Estado, com R\$ 10.841,20, ficando logo atrás de municípios do Sul Piauiense, pela ordem: Uruçuí, Baixa Grande do Ribeiro, Fronteiras, Ribeiro Gonçalves e Santa Filomena.

Segundo estes números e dados, referindo-se aos setores econômicos clássicos, Teresina corresponde a 45,7% do setor de serviços piauienses; 56,9% da indústria estadual. Sendo assim, a dinâmica econômica estadual está fortemente conectada aos destinos da economia da capital, que lidera o Estado nos setores industrial e de prestação de serviços.

A força da economia municipal está refletida na influência que a cidade tem em áreas importantes, tais como: lazer, saúde, prestação de serviços e transporte aéreo. Segundo dados do IBGE, Teresina tem influência sobre mais de mil municípios, distribuídos pelos estados do Piauí, Maranhão, Ceará e Pará, cuja população acorre à capital em busca de serviços médicos especializados; compras em geral; lazer, de característica popular, como grandes shows; e, finalmente, que utiliza o aeroporto Petrônio Portella para se deslocar para outras grandes cidades do país.

Entretanto, para consolidar o papel de Teresina no Piauí, é necessário cultivar novos conceitos e aproveitar ainda mais as potencialidades da cidade e de sua gente. Para isto, um dos pontos importantes no projeto administrativo da próxima gestão do PSDB em Teresina será o de aliar aos expressivos esforços de desenvolver a **economia solidária** no contexto das atividades econômicas municipais, a realidade da **economia criativa**, que vem se desenvolvendo como alternativa inteligente, rápida e de alto retorno econômico para ampliar oportunidades de renda e emprego nas cidades.

A economia criativa se caracteriza pela transformação do capital intelectual e conhecimento em geração de trabalho e renda. É um novo modelo de gestão e negócios baseado no bem intelectual, e não no industrial ou agrícola, que tem foco em atividades com origem no talento e nas habilidades individuais, que tenham conteúdo criativo e valor econômico. Um ciclo que engloba a criação, produção e distribuição desses produtos e serviços criativos, agregando valor ao ativo intelectual.

Assim, as linhas gerais deste Programa de Governo para Teresina de 2013 a 2016, na área das oportunidades de Desenvolvimento Econômico, apontam no sentido de solidificar cinco objetivos gerais importantes:

1. Consolidar a influência da cidade de Teresina sobre a economia estadual, especialmente através da busca de investimentos que integrem ainda mais a cidade à sua área de influência no próprio Estado e na região Norte e Nordeste;
2. Estimular a economia solidária, reestruturando o órgão de Desenvolvimento Econômico Municipal para o fortalecimento das atividades cooperadas e de micro e pequenas empresas na cidade, principalmente através do resgate dos centros de produção dos bairros. Na zona rural, este foco estará voltado a programas de estímulo à produção e comercialização dos produtos;
3. Integração, a partir da Prefeitura, dos diversos bancos de empregos originários das diferentes instituições e iniciativas municipais;
4. Apoio ao desenvolvimento do turismo, potencializando o receptivo e ampliando o investimento em eventos com a finalidade de transformá-lo em efetiva oportunidade econômica local;
5. Apoiar e desenvolver ações institucionais no sentido de estimular a economia criativa, especialmente nas áreas de artesanato, design de moda, tecnologia de software, patrimônio histórico, música e artes.

Para efetivar estas metas é necessário um conjunto coordenado de ações integradas entre os vários órgãos do município em parcerias com os governos estadual e federal, além de parcerias com instituições privadas.

Dentre as ações a serem implementadas estão propostas para a criação dos seguintes programas:

1. **Teresina Digital**, cujo objetivo é a criação de infraestrutura tecnológica para atender às diversas ações da Prefeitura, universalizar o acesso à internet e promover a capacitação de jovens e adultos em Tecnologia da Informação e Comunicação;

2. **Empresa Fácil**, cujo objetivo é a desburocratização da emissão de licenças para a abertura de empresas no âmbito do município, desenvolvendo igualmente, em articulação com o governo estadual, solução única e integrada, permitindo que a Consulta Prévia de nome de empresa e de viabilidade de localização seja feita em um mesmo procedimento;
3. **Cidade Empreendedora**, que visa a articulação e integração dos programas, políticas e iniciativas da Prefeitura na área de compras, para beneficiar os micro e pequenos produtores da capital;
4. **Mãos à obra**, com finalidade de atender à demanda de qualificação profissional na área da construção civil, criando um Plano Setorial de Qualificação, articulado com os executores de obras públicas e o setor privado, facilitando a contratação dos qualificados;
5. **Cooperativa Solidária** para estimular as cooperativas e a criação de redes entre os comerciantes das comunidades locais da cidade;
6. **Balcão do Trabalhador**, com a finalidade de articular junto aos diversos órgãos públicos e da iniciativa privada a criação de uma rede de informações sobre oportunidades de capacitação e emprego na cidade;
7. **Programa Teresina Criativa**, com a finalidade de estabelecer, com apoio das instituições de ensino superior da cidade, uma **incubadora de projetos de economia criativa**, com o objetivo de estimular a consolidação de empreendimentos criativos na cidade. Entre os serviços a serem oferecidos aos empreendedores criativos estarão: consultorias na elaboração de planos de negócios, planejamento estratégico, assessoria jurídica e de imprensa, entre outras;
8. Criar e instalar uma **central de comercialização** para atender às demandas oriundas **da produção das micro e pequenas unidades produtivas de Teresina**;
9. Estabelecer o **Zoneamento Ecológico-Econômico da zona rural de Teresina**;
10. Estimular atividades empreendedoras na zona rural de Teresina, incentivando o plantio e/ou criação de produtos de alto valor de mercado, tais como os orgânicos e assemelhados que possam ser absorvidos pelo mercado consumidor da cidade;
11. Estimular a cooperação com o governo estadual e os municípios que fazem parte da iniciativa do Cinturão Verde da Grande Teresina (Demerval Lobão,

Monsenhor Gil, Altos, Beneditinos, Lagoa Alegre, União, José de Freitas, Coivaras, Curralinhos, Lagoa do Piauí, Miguel Leão, Nazária e Timon), com objetivo de superar seus problemas de funcionamento e tornar concreta a atividade econômica de abastecimento da cidade;

12. Retomar as atividades de parceria com a UFPI e a Embrapa, para consolidar estratégias de capacitação da população da zona rural de Teresina, com vistas à sua inserção produtiva no mercado local;
13. Criar programas de melhoria infraestrutura das comunidades rurais de Teresina, nas áreas de habitação, saneamento, iluminação pública e lazer;
14. Criar um programa de conservação de estradas municipais, com a participação de associações comunitárias da zona rural;
15. Modernizar e ampliar a atuação do Banco Popular, em articulação com outros órgãos da prefeitura, em especial a Secretaria Municipal de Trabalho, Cidadania e Assistência Social (SEMTCAS), para identificação de novas oportunidades de estímulo a atividades microempreendedoras, com foco nos beneficiários de programas de transferência de renda federal;
16. Apoiar as cooperativas e associações que prestam serviços à população de Teresina, como é o caso dos mototaxistas, taxistas e outros prestadores de serviço importantes para a economia local;
17. Promover a modernização da infraestrutura e a contínua capacitação dos recursos humanos envolvidos com o Polo Cerâmico do Poty Velho e dos equipamentos que compõem a Curva São Paulo;
18. Ampliar os investimentos em infraestrutura no Polo Empresarial Sul, possibilitando a instalação de mais empresas e melhorando as condições de acesso à área;
19. Sistematizar de forma a tornar menos burocrático os processos referentes aos incentivos municipais para implantação de novas indústrias e empreendimentos no pólo industrial;
20. Estruturação do Polo Empresarial Norte, na região da Santa Maria da Codipi;
21. Implantar o Plano de Marketing Turístico de Teresina, a ser elaborado a partir de parcerias com o governo estadual e o Ministério do Turismo;
22. Modernização do Sistema de Informações Turísticas da cidade, com a instalação de softwares animados que facilitam a compreensão dos visitantes, no aeroporto, Terminal Rodoviário, hotéis e nos Postos de Informação;

23. Apoiar a modernização operacional das pousadas, hotéis e restaurantes, através da aquisição de softwares denominados Sistemas Integrados de Gestão Empresarial – ERP, que facilitam os controles internos como reservas, taxa de ocupação, controle de estoque, contas a pagar, contas a receber, liquidez;
24. Estimular, em parceria com as instituições de nível superior da cidade, as oportunidades de capacitação profissional em turismo e em segmentos como: produção cultural, design artesanal, gastronomia e culinária, empreendedorismo turístico, hotelaria e gerenciamento;
25. Consolidar a Zona Norte como polo turístico de Teresina, ampliando sua área comercial com o artesanato não cerâmico e também criando o Museu de Arte Popular de Piauí;
26. Verificar a necessidade de rever as leis urbanísticas do município, conciliando o ordenamento do crescimento sustentável e o estímulo ao desenvolvimento econômico;
27. Estimular a criação de novos arranjos produtivos locais nos diversos segmentos fabris, do comércio e serviços;
28. Ampliar e reestruturar o calendário de Feiras e Eventos geradores de oportunidades econômicas aos empreendedores de Teresina;
29. Promover a articulação da Prefeitura com os governos estadual e federal, o início da execução das obras e investimentos necessários à melhoria da estrutura de transporte rodoviário no entorno da capital, notadamente a duplicação das BR's 316 e 343;
30. Promover a articulação da Prefeitura com os governos estadual e federal, para o planejamento das obras de interligação do ramal ferroviário da Transnordestina com nossa cidade e de Teresina a outros grandes centros de distribuição através da malha rodoviária;
31. Articular-se com os governos estadual e federal, o planejamento das alternativas para a solução dos problemas causados pelo Aeroporto Petrônio Portella, cuja capacidade operacional vem comprometendo o transporte de passageiros e cargas entre Teresina e o restante do país, além da construção de um novo aeroporto;
32. Desenvolver um trabalho em parceria com o governo estadual visando atrair novos investimentos para Teresina, especialmente nas áreas das indústrias do

conhecimento, tais como ensino, saúde, tecnologia de informação e comunicação e design.

PLANO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

A qualificação profissional é imprescindível à atividade produtiva e à geração e aumento da renda, por isso assumimos essa área como prioridade. O foco primordial deste plano de governo na área de qualificação é a preparação dos jovens para iniciação profissional e a qualificação/requalificação de adultos, como uma estratégia para inclusão sócio laboral da população.

Além disso, o desenvolvimento das ações no campo da política de formação para o trabalho ocorrerá em contínua articulação com as políticas de educação, assistência social, trabalho, desenvolvimento econômico e geração de trabalho e renda, bem como através do estabelecimento de parcerias com o setor empresarial e organizações da sociedade civil organizada.

Com isso, será garantida a intersetorialidade entre as áreas e políticas, como estratégia de fortalecimento das ações desenvolvidas e ampliação na cobertura dos direitos da população, e articulação entre os diversos setores da sociedade para o desenvolvimento de Teresina.

A gestão articulada das políticas tem como principal objetivo ultrapassar o atendimento à demanda imediata e localizada do cidadão, viabilizando o seu acesso às demais políticas realizadas pelo município conforme suas necessidades. Com isso, espera-se gerar impactos significativos junto aos teresinenses, com elevação da qualidade de vida do trabalhador e de sua família e efetiva erradicação da pobreza extrema.

Como princípios para execução da política de qualificação teremos:

1. Concretização do diálogo com o empresariado, entidades do segmento trabalhista, entidades de formação para empreendedorismo/cooperativismo e agências financeiras de microcrédito.
2. Reformulação e modernização da estrutura da Fundação Wall Ferraz, órgão municipal responsável pela política de qualificação no âmbito da Prefeitura de Teresina;
3. Preparação para ocupação no mercado acompanhada da elevação da escolaridade, conforme os requerimentos postos pelo arco ocupacional de cada profissão;

4. Articulação de canais que viabilizem o exercício profissional para o qual o trabalhador recebeu qualificação, seja através da ação empreendedora individual ou coletiva, seja através do encaminhamento para o mercado de trabalho formal;
5. Foco na juventude, pois concentra a maior taxa de desemprego em todo o Brasil: enquanto a média nacional de desemprego está em torno de 6%, o índice chega a 12,6% na faixa etária de 20 a 24 anos (IBGE, 2010).

Neste sentido, apesar do enorme potencial criativo e para o trabalho, os jovens convivem com dificuldade de inserção no mercado, seja pela falta de preparo técnico ou falta de experiência profissional. Outro justificador para ações em favor da juventude decorre do fato de que hoje os jovens também constituem grupo mais atingido pelo aumento global da violência de todos os tipos e pela disseminação das substâncias psicoativas lícitas e ilícitas, exigindo maiores esforços na sua inclusão e proteção social

LINHAS DE AÇÃO

1. Promover a democratização do acesso à capacitação e formação profissional entre jovens e adultos, como forma de favorecer o acesso ao trabalho e renda;
2. Disseminar os conhecimentos na área da tecnologia e informação através da criação de Centros de Formação Digital, com ações dirigidas aos diferentes segmentos (crianças, adolescentes, jovens, adultos e pessoa idosa);
3. Articulações com outras secretarias, como a SEMTCAS e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, a promoção do aumento nos níveis de emprego e trabalho decente, através do ingresso de jovens e reingresso de adulto ao mercado de trabalho ou da organização do empreendimento coletivo ou individual;
4. Diagnosticar a demanda para profissionalização no município de Teresina através de ação articulada com empresas, Sistema Nacional de Empregos (SINE), sindicatos e grupos de representação dos segmentos da sociedade civil (pessoa com deficiência, coletivos juvenis, grupos de idosos, grupo de mulheres; trabalhadores rurais);
5. Fomentar iniciativas produtivas individuais geradoras de trabalho e de renda, reduzindo os níveis de desemprego, subemprego e pobreza;

6. Promover a inclusão produtiva como forma de enfrentamento à vulnerabilidade social entre a população em geral, e em especial entre o segmento juvenil;
7. Garantirá população jovem inserida em condição de trabalho precária e perigosa possibilidades de inserção digna no mercado através de ações de qualificação em áreas de serviços e tecnologias e estabelecimento de parcerias com empresas para encaminhamentos;
8. Estimulara criação de linhas de crédito para financiamento dos empreendimentos da população qualificada através de programas de profissionalização desenvolvido pela Prefeitura de Teresina;
9. Possibilitar a requalificação profissional de trabalhadores para promoção da progressão profissional, aumento nos níveis de renda dos trabalhadores e diminuição da rotatividade entre trabalhadores ocupados no mercado produtivo;
10. Incentivara formalização de empreendimentos já existentes e possibilitar a criação de novos empreendimentos individuais ou coletivos, com garantia da devida orientação e acompanhamento dos empreendimentos já existentes e novos empreendimentos;
11. Contribuir efetivamente para articulação e consolidação do Sistema Nacional de Formação Profissional, articulado ao Sistema Público de Emprego e ao Sistema Nacional de Educação.
12. Articulação da Formação Inicial e Continuada à Educação de Jovens e Adultos, aliando o aumento da escolaridade ao preparo profissional, a partir das seguintes iniciativas:
13. Criação de programas de profissionalização combinados com a EJA através de cursos estruturados segundo itinerários formativos de profissionalização dos estudantes;
14. Encaminhamentos de trabalhadores que buscam qualificação para programas da EJA, conforme as exigências da ocupação para a qual deseja se qualificar;
15. Estabelecimento de parcerias com o Instituto Federal do Piauí (IFPI) para fortalecimento da ação do Proeja Fundamental, em áreas de tecnologia;
16. Estabelecimento de parcerias com a Universidade Federal do Piauí (UFPI) para fortalecimento de ações na área de capacitação tecnológica, através de programas de extensão universitária;

17. Estreitamento dos vínculos entre a escola e programas de formação profissional, com difusão da cultura empreendedora entre crianças, adolescentes e jovens para a transição entre escola e mundo produtivo;
18. Fortalecimento das ações do ProJovem para elevação da escolaridade dos jovens, formação profissional, desenvolvimento humano e engajamento dos jovens na comunidade;
19. Identificação de demanda para profissionalização através da busca ativa realizada pelos profissionais dos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), vinculados a Secretaria de Assistência Social;
20. Formação profissional de membros de famílias em situação de vulnerabilidade social contemplados em programas sociais, com vistas à sua emancipação social;
21. Desenvolvimento de ações de qualificação profissional para pessoas em situação de risco social atendidas pela rede municipal, como estratégia do restabelecimento da sociabilidade comprometida;
22. Criação de linhas de crédito específico para pessoas qualificadas para o desempenho de atividade específica através de cursos promovidos pela Fundação Wall Ferraz;
23. Articulação com instituições como o SEBRAE para a devida orientação dos trabalhadores que pretendem gerir um empreendimento individual ou coletivo;
24. Acompanhamento e suporte técnico aos empreendimentos organizados a partir das formações realizadas, durante o primeiro ano de existência;
25. Organização de feiras de exposição e negócios para publicização das produções realizadas a partir de cursos realizados e geração de renda;
26. Estreitamento das relações entre gestão municipal e setor privado para que esse contribua efetivamente com a elevação dos níveis de bem-estar.

MEIO AMBIENTE

Nas sociedades modernas as cidades comportam-se de forma altamente sistêmica, apresentando elevado fluxo de energia e matéria devido ao processamento cada vez maior de alimentos, combustíveis e matérias primas. Este processamento tem com resultado a elevada produção de resíduos e rejeitos, e baixa produção

biológica, de forma que pode ser visto como uma espécie de "parasitas": o homem usa os recursos naturais sem, muitas vezes, preocupar-se em devolver à natureza, de uma maneira limpa e correta, aquilo que usou. Continuando assim, em pouquíssimo tempo, a escassez de recursos será ainda mais impactante. **A conscientização e a arborização urbana amenizam alguns dos impactos de ações que ferem o meio ambiente e criam um sistema mais próximo do natural tornando o ambiente mais saudável.**

O Brasil, a partir da metade do século XX, ganhou um modelo de desenvolvimento que vem gerando um processo de urbanização intenso e acelerado, o que acaba por trazer consequências na demanda de serviços de infraestrutura. Essa transformação da paisagem em um cenário urbano modifica os elementos naturais como o solo, a temperatura, a umidade, a nebulosidade, os mecanismos do vento, a pluviosidade, a flora e a fauna, sendo estes elementos, na maioria das vezes, os responsáveis pelas condições de conforto ambiental e de qualidade do ar.

Extensões imensas de solos impermeabilizados e um elevado índice de reflexão nas grandes cidades são alguns dos resultados do processo de urbanização. A grande concentração de pavimentos e construções favorece a absorção de radiação solar diurna e a reflexão noturna. O fenômeno das "ilhas de calor" provoca um diferencial térmico bastante significativo se comparado a locais vegetados, especialmente em cidades "solares" como Teresina é.

As melhorias ambientais proporcionadas pelas áreas verdes são tão mais necessárias à saúde ambiental do ecossistema urbano quanto maior se mostra o nível de urbanização e devem crescer, se não na mesma proporção, ainda mais rápido. **A arborização urbana é, portanto, um serviço público que proporciona à população conforto ambiental e bem estar psicológico, além de proporcionar beleza por diminuir a dominância do concreto e do asfalto, introduzir elementos naturais e linhas suaves e orgânicas e proporcionar identidade às ruas.** A arborização urbana age ainda atuando na melhoria do microclima, por meio da diminuição da reflexão das radiações, aumento da umidade e controle da poluição atmosférica e sonora e redução da velocidade do vento.

Neste aspecto, temos um dado preocupante, mas que ainda pode ser revertido, divulgado em 2012 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta para a carência de áreas verdes nas zonas urbanas do país. E Teresina, antes

conhecida como cidade verde, está na 2.942^a posição no ranking das cidades do Brasil. O percentual de arborização urbana chegou a alcançar 73.1% na capital.

Se a arborização de ruas é um dos elementos vegetados dos ecossistemas urbanos que tem capacidade de integrar espaços livres, áreas verdes e remanescentes florestais, conectando todos esses ambientes de forma a colaborar com a diversidade da flora e da fauna, estaremos comprometidos com um **árido trabalho de proteção e manutenção das áreas verdes, parques ambientais, fragmentos florestais e áreas de preservação permanente (APP) da capital deve ser prioridade**, pois estas áreas possuem função biológica importante, além disso, elas mantêm o clima de Teresina mais agradável. Além da flora, a fauna de Teresina e também os animais domésticos devem ter atenção especial, pois os animais silvestres estão sumindo com a expansão da cidade, e os animais domésticos estão sendo maltratados e esquecidos pelas ruas.

O meio ambiente de Teresina sofre com a expansão da cidade, tanto no aspecto estrutural quanto econômico, e a população tem consciência de que muito ainda tem de ser feito na questão ambiental pelo município, a fim de garantir a qualidade de vida do teresinense, aliado a um desenvolvimento sustentável. Se o meio ambiente sofre, as consequências cedo ou tarde se voltarão para as pessoas.

Questões gerenciais como: monitoramento, conservação, capacitação de profissionais e elaboração de projetos ambientais devem ser ampliados, pois o teresinense já sente os efeitos do clima causados pelos impactos locais.

Informar ao cidadão sobre a importância do meio em que vive, deve ser um ponto chave para evitar o desmatamento, a poluição do ar, da água e de logradouros públicos. Uma verdadeira reciclagem de valores dever ser realizada, a fim de que o teresinense possa ter ainda mais amor e cuidado pela capital. **A educação ambiental é uma ferramenta essencial neste processo de transformação da cidade**, e um trabalho contínuo deve ser realizado, voltado para formação de 'ecocidadãos', visando uma Teresina cada vez mais limpa e verde.

As questões relacionadas aos **resíduos sólidos são um grande desafio para Teresina, visto que o processo é lento. A boa notícia é que existem tecnologias e profissionais preparados na capital para fazer com que a cidade faça seu gerenciamento adequadamente ao que manda a Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS.**

Vários atores da sociedade podem fazer parte do processo de adequação à PNRS que, além de deixar o meio ambiente mais limpo, podem gerar novas

oportunidades emprego, visto que muitas indústrias podem se instalar na capital a fim de gerenciar os resíduos, o que gera ICMS e demanda contratações. A reciclagem será uma prioridade no Governo do PSDBe aliados, ponto importante em qualquer Planejamento Moderno de Gestão Pública.

A estruturação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos– SEMAM é outra prioridade para Teresina, uma vez que a demanda por serviços ambientais aumenta na capital. Estruturar a SEMAM com novos equipamentos, qualificar e ampliar o quadro de funcionários é uma necessidade que será alcançada com planejamento e estudo.

Principais ações:

1. Criar o **Programa Teresina Mais Verde**, de rearborização da cidade e de recuperação dos parques ambientais existentes;
2. Implantar o Programa **Viveiros da Cidade** de ampliação do número de viveiros de mudas na cidade, com financiamento permanente e produção de mudas características da vegetação local;
3. Desenvolver o **Programa Recicla Teresina**, de estímulo à reciclagem do lixo, principalmente no âmbito hospitalar, comercial e dos grandes condomínios residenciais da cidade Adequar o município a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
4. Implantar o **Programa de Olho na Cidade**, de cadastramento de voluntários, devidamente capacitados pela Prefeitura de Teresina, que podem dar informações sobre violações do código de postura da cidade em relação a depósitos de lixo, derrubada de árvores e outras ações danosas ao meio ambiente;
5. Criar, a partir de legislação específica, **mecanismos de compensação verde**, em função da ampliação de áreas de impermeabilização do solo da cidade (obras, calçadas, edifícios, etc.)
6. Adequar a política municipal aos preceitos da Política Nacional de Resíduos Sólidos;
7. Implantar Programa de Educação Ambiental nas Escolas do Município, com eventos sistemáticos e que estimulem a adoção de práticas saudáveis para com o meio ambiente;
8. Estimular a separação do lixo, com a instalação de múltiplas lixeiras – vidros, plásticos, alimentos – nas ruas, shoppings e prédios públicos da prefeitura;

9. Implantar a Coleta Seletiva em grandes condomínios residenciais e comerciais.
10. Analisar e fiscalizar com eficiência a poluição industrial e doméstica do solo, da água e do ar e a exploração de recursos naturais;
11. Elaborar estratégias para minimizar o impacto causado pelas atividades humanas, frutos da expansão estrutural e econômica;
12. Qualificar a equipe da SEMAM para planejar, desenvolver e executar projetos a fim de proteger, ou mitigar ações que degradem o meio ambiente;
13. Planejar a exploração de recursos naturais de maneira sustentável;
14. Recuperação e manejo de áreas degradadas em Teresina;
15. Monitorar as áreas verdes de Teresina através do Geoprocessamento;
16. Aplicar e desenvolver as políticas de gestão ambiental dos recursos hídricos;
17. Adquirir novos equipamentos para monitoramento, fiscalização e desenvolvimento de pesquisas;
18. Buscar fontes de recursos a fim de se aplicar um desenvolvimento sustentável pautado na Economia Verde;
19. Utilizar a Educação Ambiental como ferramenta essencial no processo de formação de teresinenses comprometidos com a sua cidade;
20. Através do conhecimento, desenvolver a cultura de proteger o meio ambiente, partindo das comunidades e também do setor privado;
21. Estabelecer metas para a redução do consumo de energia não renovável e para aumentar o uso de energias renováveis;
22. Melhorar a qualidade do solo, preservar terrenos ecologicamente produtivos e promover a agricultura e o reflorestamento sustentáveis;
23. Estimular o Plantio de Árvores com a implantação do **Programa Verde que Te Quero Verde;**

A Educação Ambiental deve fazer parte da escola convencional, onde sua aplicabilidade varia com aulas de campo para conhecimento de ecossistemas, palestras com técnicos de várias áreas como biologia, e entidades voltadas para as causas ambientais como ONGS, IBAMA, ICMBio etc.

Incentivar o consumo sustentável de energia renovável, energia solar no caso para abastecimento ou complemento de energia elétrica e abastecimento de água nos prédios públicos municipais.

Mobilizar a bioconstrução através de cursos de multiplicadores, bem como a realização de obras públicas com o material da bioconstrução e viabilizar obras particulares neste sentido.

Mobilizar as associações de moradores no intuito de mostrar a viabilidade da coleta de lixo reciclável pela própria comunidade, sendo que o mesmo pode ser fonte de renda para as próprias entidades, criando-se uma rede entre associações e empresas que realizam a reciclagem, surge assim uma nova atividade de geração de renda na comunidade que circula dentro do bairro, bem como agrega-se a consciência local de não 'desperdiçar' o lixo fazendo o reaproveitamento e o uso de forma responsável e dessa forma mobilizar todos os moradores do entorno.

MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA

O contexto sociopolítico contemporâneo revela a necessidade de Administração Pública enfrentar desafios que decorrem da crescente complexidade das sociedades, onde o gerenciamento público desponta como alternativa necessária aos enfrentamentos dos desafios da equidade, inclusão social e desenvolvimento sustentável, dando oportunidade à renovação dos princípios de gestão, tônica presente a cada passo do processo de desenvolvimento da cidade. Assim, a adoção de técnicas e métodos de gestão baseados na transparência, eficiência e foco no cidadão precisa ser compromisso sempre renovado com a população das cidades, cujo planejamento está voltado para a sustentabilidade.

A Prefeitura Municipal de Teresina se enquadra neste ambiente e necessita sempre aprimorar sua capacidade organizacional (institucional e gerencial) para enfrentar desafios contemporâneos, devido, principalmente, ao seguinte contexto:

- ✓ Grandes demandas urbanas a ser atendidas sem ambiente de agudas desigualdades socioeconômicas e escassos recursos próprios para investimentos, requerendo o máximo de produtividade das ações implementadas em quaisquer dos seus campos de atuação e consequente necessidade de aporte de recursos externos à sua receita própria. Ao passo que as exigências dos órgãos de fomento estão cada vez maiores e mais detalhadas, exige-se aumento da capacidade técnica e funcional para sua captação.
- ✓ Entrelaçamento contínuo, crescente e dinâmico entre o Município e os múltiplos intervenientes (sociedade organizada, empresários, Ministério Público, imprensa etc.) atentos aos esforços realizados pelo poder público e seus desdobramentos, com cobrança permanente de agilidade e presteza na resolutividade das demandas e prestação dos serviços, com facilidade de acesso, resultados positivos e lisura de processos.
- ✓ Necessidade de avançar a cultura gerencial, aliando ao foco prioritário das ações voltadas para o trabalho de enfrentamento às demandas de resolução imediata (no “varejo”), a visão de que as demandas sociais podem também ser

trabalhadas a partir de uma perspectiva consistente com objetivos de médio e longo prazos.

Neste sentido, um dos principais compromissos da gestão do PSDB e, aliados, no mandato de 2013 a 2016, é aprofundar a característica mais importante das gestões do partido nos últimos anos na cidade de Teresina: renovar compromisso político de servir à população, por intermédio de uma administração de forte perfil técnico e direcionada à obtenção de resultados positivos na consecução de políticas públicas, aprimorando, assim, a gestão em áreas essenciais para que a cidade possa continuar se destacando no cenário nacional.

Para isto é necessária elaboração de diagnóstico acerca da organização pública de Teresina como atividade operacionalizada de duas formas: com enfoque estratégico a partir dos contextos interno e externo. Interno quando se entende a Prefeitura de Teresina em sua extensão administrativa e, externo, quando se refere ao universo das organizações do terceiro setor, ao mercado e aos cidadãos em geral. Tal procedimento técnico requer formulação integrada desses dois tipos de diagnósticos.

O enfoque estratégico a partir do contexto interno induz a levantamento amplo e detalhado das condições administrativas atuais do Município. Assim, ao observar o atual rendimento funcional dos órgãos da PMT - em conjunto e isoladamente – verifica-se ser necessários ajustes funcionais, como superposição ou supressão de atribuições e processos, relação entre custos praticados, resultados pretendidos etc.

O enfoque estratégico a partir do contexto externo consiste na análise dos mecanismos, processos e estruturas de intercâmbio nas relações entre a PMT e a sociedade em geral, bem como no relacionamento essencial no sentido de proximidade e atendimento às demandas do conjunto dos usuários–cidadãos.

Com base nas colocações, propõe-se em termos amplos:

Proposição de ações para melhoria da estrutura organizacional da PMT a partir do diagnóstico realizado. Formular cronograma de implantação conforme grau de importância e oportunidade de aplicação, envolvendo todo corpo funcional, estabelecendo-se, assim, conjugação de fatores (planejamento, processos e recursos) voltados à produção de resultados.

Níveis de abrangência:

As propostas tanto de **enfoque externo** (voltadas diretamente para a sociedade), quanto de **enfoque interno** (voltadas para a estrutura da PMT), devem ser harmonicamente integradas e satisfazer **níveis hierárquicos de abrangência**, para possibilitar pleno alcance do objetivo:

Enfoque	Nível inicial	Nível intermediário	Nível final
Externo	Descentralização dos serviços públicos e atividades urbanas. Melhoria dos recursos técnicos de atendimento aos cidadãos.	Aperfeiçoamento das relações da PMT com os intervenientes atentos ao seu trabalho.	Melhoria das condições de resposta da PMT às demandas da sociedade.
Interno	Ampliação do foco na capacitação dos servidores. Melhoria e adaptação das condições técnicas e funcionais da PMT.	Realização de esforços entre os seus diversos organismos de ação. Cultura do trabalho voltado para resultados. Aprofundamento da visão de planejamento como fator de convergência de ações positivas.	

Ações:

O que se pretende? Elaborar programa de modernização administrativa capaz de oferecer alternativas de reorganização institucional, com o objetivo de articular a execução das diversas políticas públicas executadas pela Prefeitura, incentivando mudança tanto da cultura administrativa, a qual prima pela integração da gestão e de

seus serviços (princípios e valores fundados na civilidade ética e cidadã) quanto da cultura gerencial (práticas de gestão orientadas para a persecução de metas e objetivos estratégicos), desembocando, portanto, na adoção e consolidação do paradigma de gestão direcionada a resultados, os quais se espelham em maior qualidade de vida e oportunidades para toda a população da cidade.

Neste contexto, como contribuição inicial e conceitual ao processo de modernização a ser perseguido na PMT, com o desenvolvimento de programa a ser aprofundado, desde já sugerem-se propostas institucionais e gerenciais, as quais refletem visão abrangente de aspectos a ser aprimorados:

PROPOSTAS:

- Valorizar o servidor público por meio da observância dos parâmetros de ascensão previstos nos diversos Planos de Carreira;
- Criar a **Central de Atendimento ao Servidor**, com o objetivo de organizar e dar celeridade às relações do servidor com a Prefeitura, nos aspectos mais diversos, cuja ênfase está na questão da agilização do cumprimento de seus direitos;
- Criar o **Instituto de Planejamento da Cidade de Teresina**, como centro estruturado de elaboração e coordenação de ações estratégicas e melhorias estruturantes, com ênfase no conceito de cidade sustentável, seus eixos e com enfoque multidisciplinar nos métodos modernos de gerenciamento de projetos.
- Aperfeiçoar e profissionalizar a gestão do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Teresina (IPMT), principalmente no aspecto de assistência à saúde, a fim de garantir atendimento de qualidade aos servidores públicos municipais.

- Constituir complexo de serviços localizados nos grandes bairros da cidade, próximos aos futuros terminais de integração de transporte (Buenos Aires; Rui Barbosa; Piçarreira; Santa Isabel; Livramento; Dirceu; Bela Vista; e Parque Piauí), reunindo serviços de atendimento ao público, nas diversas esferas governamentais. Nas estações também estarão presentes o **Sistema Integrado de Atendimento ao Público (Prefeitura Perto de Você)**, com foco na satisfação do cidadão, ampliando sua possibilidade de acesso a serviços

cômodos e seguros, bem como a oportunidade de opinar, reclamar e sugerir novas ações e serviços aos órgãos de sua comunidade; e as **Centrais de Apoio ao Trabalhador**, em que serão oferecidos serviços específicos de informação sobre oportunidades de emprego, retirada de carteira de trabalho e cursos de requalificação profissional;

- Instituir o **Prêmio Ações de Desenvolvimento e Cidadania**, envolvendo as categorias de servidores, comunidades, entidades públicas e privadas de ensino e assistência, com o objetivo de estimular iniciativas na área de melhoria da qualidade de vida e capacitação das comunidades da cidade de Teresina;
- Dar suporte e qualificação a todos os setores da sociedade civil local para a participação efetiva – em conselhos, conferências, audiências públicas, plebiscitos e referendos, entre outros – nos processos de decisão, monitoramento e avaliação.
- Integrar cooperativas de catadores e recicladores, visando reduzir os resíduos decorrentes das atividades da Prefeitura e incentivar a prática da reutilização e reciclagem.
- Qualificar e modernizar a gestão de iniciativas de geração de emprego e renda que são bem sucedidas e necessitam de ampliação e diversificação de suas atividades principais, tendo como exemplos o **Programa de Hortas Comunitárias e Banco Popular**.
- Fortalecer a Agência Municipal de Regulação dos Serviços Públicos de Teresina – ARSETE, principalmente no que diz respeito à regulação econômica dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, mediante o estabelecimento de tarifas ou parâmetros tarifários que reflitam o mercado e os custos reais de produção, de modo a, concomitantemente, incentivar os investimentos privados e propiciar a razoabilidade e modicidade das tarifas, conforme a capacidade econômica dos usuários e de acordo com as normas legais e as regras contratualmente pactuadas;
- Implantação de órgão de Coordenação de Defesa Civil, com atuação na prevenção e resposta a emergência e desastres em sintonia com os órgãos e entidades de apoio que compõem o Sistema Nacional de Defesa Civil – SINDEC.
- Implantar estrutura de sistematização de regularização fundiária e cartorial de interesse da PMT, com o objetivo de eliminar conflitos e impedâncias de ordem

fundiária à implantação de ações de interesse da PMT, principalmente projetos de grande porte, com captação de recursos externos;

- Implantar a **Guarda Municipal**, que desenvolverá ações de proteção de escolas, hospitais, cemitérios, repartições públicas, praças e logradouros públicos municipais, com o intuito de mantê-los em bom estado de funcionamento e conservação;
- Instituir a **Ouvidoria do Contribuinte**, que funcionará como instância permanente de tratativas para identificar e propor melhores práticas administrativas no campo tributário, com o objetivo de aperfeiçoar as práticas fiscais e levar ao conhecimento da Prefeitura/Secretaria de Finanças do Município melhorias sistêmicas;
- Instituir a **Câmara Permanente de Resolução de Conflitos**, órgão paritário entre administração e sociedade, com participação obrigatória de membros da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB - PI) e do Conselho Regional de Contabilidade (CRC - PI). Funcionará como Fórum de solução de conflitos tributários. Seu objetivo é diminuir a litigiosidade municipal, atuando de maneira preventiva (ou repressiva, em casos de conflitos já em curso), para diminuir os custos de compliance municipais e aumentar a arrecadação com menos dispêndio;
- Aumentar os investimentos na área de Tecnologia de Informação (TI), inclusive georreferenciamento, com revisão e reforço da capacidade de suporte operacional da PRODATER;
- Reestruturar o setor de processamento de licitações da PMT, criando mecanismos de agilização das obras e serviços, com ampliação das garantias ao cidadão de que serão sempre contratados os melhores fornecedores, ao menor preço e capazes de concluir os serviços em prazo legal, sem determinar prejuízos à população usuária da infraestrutura e serviços disponibilizados pela Prefeitura;
- Reestruturar e fortalecer o **Orçamento Popular de Teresina**, criando modalidade específica: o Orçamento Popular Habitação, OP/Habitação, resgatando a experiência das administrações do PSDB no sentido de atender às demandas da população, principalmente por meio do aumento da capacidade de investimento com recursos próprios da Prefeitura;

- Resgatar o papel articulador de planejamento e atendimento das demandas da população que representam as Superintendências de Desenvolvimento urbano e rural;
- Estabelecer política de relações interinstitucionais capaz de promover cooperação e parcerias entre os municípios vizinhos, outras cidades, regiões metropolitanas e outros níveis de administração, com foco especial da rede integrada de desenvolvimento da Grande Teresina.
- Rever a tributação das sociedades profissionais, criando faixas de contribuição em valores fixos de acordo com o faturamento, para tornar a tributação menos onerosa para as pequenas sociedades;
- Ampliar a uniformização e difusão adequada de planos e ações da PMT, incluindo-se bancos de dados cadastrais dos seus diversos setores de atuação.

Seção 3

Construindo novos caminhos para uma Teresina do século XXI:

- a. Implantação e duplicação de ruas e avenidas;
- b. Implantação de Pontes sobre o Rio Poty;
- c. Implantação de viadutos e rebaixamento de vias;
- d. Trânsito e Transportes;
- e. Caminhos da Cidade;
- f. Limpeza Urbana;
- g. Drenagem;
- h. Habitação e Urbanismo.

CIDADE E MOBILIDADE URBANA

O crescimento das cidades ao longo do tempo levou a um aprimoramento na forma de como os gestores devem proceder para administrá-las. Assim, hoje, as gestões das cidades devem ser voltadas para o que realmente importa: as pessoas, permitindo para elas mais qualidade de vida. Desta forma, o conceito atual de gestão estabelece que a cidade tem de ser para as pessoas e não o inverso.

A Mobilidade Urbana é um importante aspecto a ser considerado no funcionamento adequado das cidades, pela sua relação direta com todo o aparelho socioeconômico urbano, influenciando direta e indiretamente no rendimento de todas as atividades presentes na cidade.

Teresina, a exemplo das outras cidades do seu porte, sofre com os conflitos de trânsito, carecendo de melhorias no sistema de mobilidade. Essa dificuldade se manifesta desde os seus acessos pelas regiões sul e leste, à circulação interior na zona urbana, onde vias congestionadas dificultam a circulação de todos os modais, implicando em desconforto na qualidade de vida de seus habitantes.

Para minimizar ou mesmo acabar com as zonas de conflito, várias soluções foram pensadas e colocadas no presente documento. A formulação das propostas vão desde implantação de outros modalidades de transporte, modernização dos atuais, até a intervenção na estrutura urbana da cidade, com a implantação e melhoria de vias, transposições de rios, eliminação de cruzamentos a nível e, especificamente, nos pontos de conflitos, além de indicar soluções localizadas, que vão de mudanças na direção de circulação de determinadas vias, à aplicação do rigor das leis do trânsito, visando a sua ordenação.

Levou-se em consideração, para balizamento dessas propostas, o Plano Diretor de Transportes e a Agenda 2015, que são os documentos oficiais de planejamento de que a cidade dispõe e onde se mostram, no presente e em perspectiva de futuro, os conflitos e soluções adequadas em função do carregamentos do tráfego.

Desta maneira, a Gestão 2013-2016 de Firmino Filho, apresenta as seguintes propostas:

Implantação, Duplicação e Melhoria de Avenidas

Trabalhar na construção, duplicação e melhoria de novas avenidas, criando alternativas de tráfego, para as vias mais congestionadas, definidas aqui por região:

Zona Sul:

- **Estender a Av. Marechal Castelo Branco** desde a curva do CFAPaté a BR 316 nas proximidades da Polícia Rodoviária Federal, com o objetivo dar uma alternativa de acesso pelo sul, evitando o trânsito pela BR 316 e Av. Miguel Rosa. Seu traçado de 21Km segue o Rio Poty pela margem esquerda, aproveitando em grande parte o traçado da Estrada da Alegria, passando sob as pontes Wall Ferraz, Gil Martins, Presidente Costa e Silva, prevendo a implantação de alças de acesso;
- **Estender a Av. Maranhão** desde a curva do Conjunto Siciaté a BR 316, nas proximidades da Polícia Rodoviária Federal, permitindo um acesso pelo Sul, evitando transitar pela BR 316 e Av. Miguel Rosa. Seu traçado de 11,2Km, segue o Rio Parnaíba pela margem direita e prevê a implantação de alças de acesso na ponte Antônio Alves de Noronha;
- **Melhorar o leito de rolamento da Av. Henry Wall e duplicar o seu trecho final**, desde o Parque Piauí até a Av. José Soares numa extensão 5,4 km, de modo a dar maior fluidez no tráfego daquela via, por irregularidades na pista de rolamento.
- **Implantar aduplicação da Av. Wall Ferraz (BR – 316)** no trecho que vai da casa de Custódia ao Pólo Empresarial, em parceria com o DNIT/Ministério dos Transportes;
- **Estender a Av. José Soares**, no trecho da PI – 130 até a BR 316 (km 10), aliviando o tráfego na BR 316 e Balão da Av. Miguel Rosa, encurtando os deslocamentos;
- **Melhorar e implantar a Avenida Gil Martins** até a ponte do Itararé para permitir uma nova opção de ligação do Itararé com o centro da cidade.

Zona Sudeste:

- **Estender a Av. Raul Lopes, (Cajuína), zona sudeste, até a Av. Noé Mendes** pela margem direita do rio Poty, com integração em rótula da Av. Francisco de Almeida Neto, aliviando o tráfego da BR 343;
- **Duplicar e iluminar Avenida Paulo Ferraz**, para dar fluidez aquele tráfego congestionado desde o Balão da Ladeira do Uruguai até o Balão da Tabuleta numa extensão de 8,0 km, em parceria com o DNIT;
- **Prolongar a Av. dos Ipês até a Joaquim Nelson** por baixo da BR 343 e ao lado da linha do Metrô;
- **Implantar um trecho da Av. Francisco de Almeida Neto (Avenida principal do Dirceu)**, do balão da BR 343 até a ponte da Av. Gil Martins para ligar o bairro Itararé com o Centro da cidade, aliviando as Av. Higino Cunha e Frei Serafim;
- **Implantar um trecho Av. Pedro Teixeira** para compor o binário com a **Av. Noé Mendes**, para desafogar o tráfego na região das hortas comunitárias.

Zonas Norte e Leste:

- **Estender a Av. Mal Castelo Branco desde o Bairro Primavera até a Ponte Mariano Gayoso no Poty Velho.** A obra objetiva oferecer uma alternativa para as pessoas que circulam dos bairros Santa Maria da Codipi, Pedra Mole, Mocambinho e Centro. Seu traçado, com 11,9 Km, margeia o rio Poty e servirá também de dique contra alagamentos;
- **Duplicar a Avenida Josué de Moura Santos**, no bairro Pedra Mole, do Balão da Pedra Mole até o acesso a Santa Maria da Codipi, numa extensão de 8 km;
- **Duplicar a Avenida Poty**, de ligação do bairro Poty Velho à Santa Maria da Codipi, em 6 Km de extensão dando maior velocidade no tráfego das pessoas que se deslocam para a Santa Maria da Codipi, Pedra Mole e Parque Brasil, inclusive diminuindo em quantidade os acidentes;
- **Implantar a Av. Perimetral Norte, ligando a BR 343** ao balão da Pedra Mole, para aliviar a Av. João XXIII e Av. Kennedy, passando pelo Dom Avelar, Santa Bárbara, Vale do Gavião e Morros, numa extensão de 10,6 km;

- **Implantar Av. Ulysses Marques na zona leste**, interligando a avenida Kennedy à avenida Raul Lopes, aliviando o tráfego nas avenidas João XXIII e Frei Serafim. Serão 4,2 Km de asfaltamento, canteiro central, iluminação e sinalização;

Implantação de pontes sobre o Rio Poty

O Rio Poty divide a cidade em duas partes. As atuais obras de transposição estão congestionadas, gerando engarrafamentos. A ligação do Leste com o centro da cidade carece urgentemente de um reforço na ligação entre suas vias que só poderão ser efetivadas com a inclusão de novas pontes e melhoria de outras. Pensando assim, propõe-se a implantação urgente e imprescindível de algumas obras, tais como:

- Construir a **segunda Ponte do Poty Velho/ Santa Maria da Codipi**, para aliviar o tráfego e descarregar parte dele na Rua Domingos Jorge Velho que liga com o Centro da cidade e na futura avenida Marginal Norte ao Rio Poty passando ao largo dos bairros Mocambinho, Santa Sofia, Água Mineral até interligar-se com a Av. Mal. Castelo Branco, no bairro Primavera
- Construir a **ponte que ligará a Av. Jóquei Clube ao prolongamento da Rua Desembargador Freitas, indicada no Plano Diretor de Tráfego**, desafogando o eixo Frei Serafim.
- Criar uma **nova faixa de tráfego na ponte Juscelino Kubitschek (prolongamento da Av. Frei Serafim)**, para melhorar as condições de trânsito, na ligação Frei Serafim - João XXIII.
- Construir **uma ponte com 3 faixas de tráfego a jusante da ponte Wall Ferraz** para ajustar-se com as faixas das avenidas Cajuína e Higino Cunha ;
- Construir a **ponte que ligará a Av. Gil Martins à avenida central do Dirceu Arcoverde**, permitindo uma ligação direta do bairro Itararé com o centro da cidade sem utilizar os eixos Frei Serafim e Higino Cunha;

Implantação de Viadutos e Rebaixamento de Vias

Em virtude dos inúmeros conflitos de cruzamentos a nível na cidade de Teresina, gerando congestionamentos de grandes magnitudes, além de acidentes por colisão e

morte, verificou-se os pontos mais críticos, e indicou-se como solução a construção de **viadutos** nestes locais com o propósito de resolver definitivamente os problemas vivenciados pela cidade. Assim, serão realizadas as seguintes intervenções:

Zona Leste:

- Construir um elevado no **cruzamento da Av. Nossa Senhora de Fátima com a Av. João XXIII**, para direcionar as pessoas que se destinam ao Bairro São João e ao Shopping, evitando as Av. João XXIII e Raul Lopes

Zona Sul:

- Construir em parceria com o DNIT os viadutos do Balão da Tabuleta, **entre a Av. Barão de Gurguéia com BR 343** e o do Balão da Miguel Rosa, entre a **Av. Miguel Rosa com BR 343**, para solucionar estes dois pontos de estrangulamentos localizados.
- Construir viadutos nos **cruzamentos das avenidas Higino Cunha com Barão de Castelo Branco** e **da Miguel Rosa com Joaquim Ribeiro**, melhorando o tráfego de quem se desloca da zona leste, através da ponte Wall Ferraz e da zona sul, via Av. Miguel Rosa.

Zona Central:

Construir as obras de viadutos de transposição sobre a **linha férrea no alinhamento da Rua Desembargador Freitas e Heitor Castelo Branco** para aliviar o carregamento de tráfego da Avenida Frei Serafim.

Construir rebaixamento no cruzamento da Av. Frei Serafim e Av. Miguel Rosa.

Trânsito e Transportes

Propostas do Plano de Gestão da Malha Viária:

- **Implantação completa e adequada do Sistema Integrado de Transportes Coletivos Urbanos de Teresina – SITT**, conforme Plano Diretor de Transportes e Mobilidade Urbana, com a implantação de novos **Corredores de Transportes**, conforme previsto no Plano Diretor de Transportes, incluindo os terminais de integração;
- Implantar um sistema permanente de aferição da satisfação dos usuários com os serviços, em relação às variáveis de conforto, pontualidade e comodidade;
- Construir os Terminais de Integração, Estações de Transbordo e Corredores Exclusivos para ônibus;
- Aperfeiçoar o uso de sinalização e fiscalização eletrônica para garantia de exclusividade aos transportes coletivos;
- Estabelecer mecanismo para desonerar a tarifa de transporte público;
- Modernizar a frota de ônibus de transporte coletivo, conforme uso em corredores (portas de ambos os lados)
- Seguindo as orientações contidas no Plano Diretor de Transportes, fazer a **integração dos 50 km de ciclovias existentes e expandir a rede**, melhorando a pavimentação, implantando a sinalização especialmente nos cruzamentos;
- Implantar os pontos de **estacionamento público de bicicletas, os bicicletários**;
- Implantar o sistema de BRT (Bus Rapid Transit), que é um **sistema de ônibus de alta capacidade que provê um serviço rápido, confortável, eficiente e de qualidade**. Com a utilização de corredores exclusivos, nos eixos Norte/Centro; Leste/Centro e Sudeste/Centro;
- Implantar o sistema de **VLT (Veículo Leve sobre Trilhos)**, no eixo **Sul/Centro** através da Avenida Miguel Rosa;
- Implantar **1.000 novos abrigos** para passagens nos principais pontos de parada do transporte coletivo;
- Implantar a **Central Eletrônica de Controle de Tráfego**, dotada de sistemas de controle operacional e sistema de informações aos usuários;

- Adotar medidas de modernização do gerenciamento do tráfego em Teresina, com estabelecimento de sinalização de vias com informações sobre fluxo de tráfego e tempo médio de determinados percursos;
- Implantar e recuperar **300 km de pavimentação asfáltica**, priorizando o atendimento às vias de Transporte Coletivo e aquelas que proporcionem maior fluidez no trânsito;
- Disciplinar adequadamente a circulação, estacionamento e operações de carga e descarga na cidade;
- Implantar o Distrito Atacadista com Terminal Rodoviário de Cargas;
- Regulamentar e disciplinar o mercado de estacionamentos privados, estabelecendo experiências de Parceria Público Privada em zonas de alto fluxo, como a do Centro Cívico da cidade, na região que concentra o funcionamento da Assembleia Legislativa, Tribunal Regional Eleitoral, Tribunal de Justiça do Piauí, Ordem dos Advogados, Centro de Convenções e Câmara Municipal de Teresina;
- Reestruturação funcional do Sistema de Estacionamento Rotativo – Zona Verde;
- Regulamentação de circulação e estacionamento de veículos de carga;
- Solucionar os congestionamentos que se formam no cruzamento da Av. Pedro Freitas com a Av. Getúlio Vargas, BR 343;
- Retificar a Avenida Maranhão e a Alameda Parnaíba no cruzamento com a praça do Marquês;
- Identificar intervenções de baixo valor de investimento e facilidade para implantar que aumente a eficiência no trânsito e transporte público;
- Facilitar a acessibilidade e a mobilidade em todas as regiões de Teresina, com segurança e menor tempo de deslocamento;
- Promover **campanhas educativas para diminuir a violência no trânsito**, com a criação do **Prêmio Municipal de Trânsito** para as melhores iniciativas de educação de trânsito nas escolas públicas e privadas de Teresina;
- Realizar licitação para empresas de transporte público.

Plano Diretor Ciclovário (Programa Vou de Bike)

O uso da bicicleta não só como lazer ou prática esportiva, mas como meio de transporte, proporcionando exercício para preservação da saúde das pessoas,

economia de combustível, menos carros nas vias e também poluição zero para todo o planeta. A ideia é consiste em aumentar dos atuais 55km de ciclovias para 100km - 12,5% para 15% de viagens diárias realizadas em Teresina.

Para atingir este objetivo, deve-se ampliar a malha de ciclovias da cidade e implantar ciclo - faixas, viabilizando, por meio de parcerias, a operação de bicicletários e locação de bicicletas.

Caminhos da Cidade / Calçadas

Criar o Programa **Caminhos da Cidade**, implantando mais 10 km de calçadas, principalmente em lugares de maior circulação como pólos de equipamentos públicos com escolas, creches, ruas e vias de transporte coletivo.

Além de buscar novas tecnologias e materiais que facilitem a drenagem do solo, diminuindo sua impermeabilização, o que contribui para a sustentabilidade ambiental. As calçadas deverão garantir acessibilidade com rampas, pistas táteis e semáforos sonoros quando indicados, bem como materiais antiderrapantes e iluminação específica para pedestres.

Limpeza Urbana

Devido a seu crescimento populacional, Teresina precisa de um serviço de limpeza urbano mais eficiente e organizado. A capacidade de absorção do lixo produzido na cidade se encontra aquém do desejado, o que tem favorecido o aparecimento de doenças, além dos aspectos de higiene e urbanização que ficam de lado.

A proposta aqui apresentada trata do assunto e vai desde a modernização dos serviços da capina, passando pela coleta domiciliar e hospitalar, ao ponto final e objetivo principal: um aterro sanitário decente e higienizado.

Assim, a Gestão 2013-2016 propõe:

- Fazer um diagnóstico do sistema de limpeza urbana de Teresina;
- Elaborar o plano diretor de resíduos sólidos da cidade;
- Realizar a capacitação dos funcionários das Superintendências de Desenvolvimento (SDU's e SDR) e a contratação de técnicos na área de saneamento para efetuar a fiscalização do sistema de limpeza da cidade;

- Efetuar as contratações do sistema de limpeza urbana na modalidade de concessão pública para evitar que contratos de curta duração propiciem a acentuada queda na qualidade da prestação deste serviço, pois as empresas em final de contratos apresentam frota de veículo sucateada e serviços tecnologicamente defasados;
- Cadastrar e educar os pequenos transportadores de carga, para que os mesmos atuem a favor e não contra a prefeitura, oferecendo alternativas para o despejo;
- Introduzir mecanismos de política que contribuam para execução da coleta de lixo planejada:
 - Em todos os bairros de Teresina;
 - Em todas as vilas de Teresina, utilizando-se, quando for possível, as associações de carroceiros para efetuar a coleta em ruas sem acesso aos caminhões da limpeza;
 - Introdução da fiscalização do sistema de coleta utilizando-se dos caminhões monitorados por GPS. Com este mecanismo é possível o controle, em tempo real, do serviço. Se, por exemplo, um caminhão passar pela frente de uma casa e não for recolhido o lixo, é possível verificar se houve ou não uma omissão por parte da empresa. Isso melhorará a capacidade de fiscalização dos serviços;
 - Implantação de um Projeto Piloto de **containerização Lixo no Lixo** em determinadas áreas da cidade, que consiste na colocação de *containers* fechados, em vias públicas, onde a população poderá descartar seu lixo, para posterior recolhimento por caminhões automatizados e que fazem uma lavagem neles;
 - Implantar o aterro sanitário de Teresina;
 - Aproveitamento energético do lixo e a adesão ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL, que consiste na venda de créditos de carbono decorrente da redução de emissões provocadas pelos aterros sanitários;
 - Acrescentar os serviços de varrição e roço mecanizados, de forma a ampliar o número de logradouros que passarão a receber, regularmente, este tipo de serviço;
 - Instalar 8.000 (oito mil) novas lixeiras de aço, com pintura especial de proteção, em parceria com a iniciativa privada;

- Criação de 5ecopontos – onde a população poderá descartar resíduos que a coleta domiciliar não recolhe, tais como: móveis velhos, pneus, restos de obras, podas etc. Estes espaços atuarão como depósitos temporários desses resíduos até que eles sejam levados para os destinos finais adequados;
- Dotar todos os cemitérios públicos de sistema de capina regular e efetivo.

Introduzir mecanismos de políticas que contribuam para execução da

Coleta Seletiva:

- Estruturação e ampliação planejada da coleta seletiva;
- Estabelecer uma periodicidade de coleta, duas vezes por semana, em todos os bairros que possuam capacidade de sustentabilidade;
- Fazer funcionar os Postos de Entrega Voluntária – PEVs - existentes e implantar novos para receber além de material reciclável, pilhas e baterias. Serão localizados em postos de gasolina, supermercados, shoppings e áreas pré-determinadas, ampliando o envolvimento da população com a coleta seletiva.
- Ampliar as unidades de triagem de lixo seco e dotá-las com equipamentos de alta produtividade, favorecendo a inclusão e valorização social de centenas de famílias;
- Implantar uma Central de Material Reciclável;
- Implantar um aterro de material inerte (resíduo oriundo da construção civil) dotado de central de triagem e britagem para trituração dos materiais reaproveitáveis, visando seu reutilizar e/ou comercialização;
- Implantação do sistema de coleta e tratamento de resíduos do sistema de saúde, obedecendo-se à legislação sanitária e ambiental.

Drenagem

Teresina passou por um processo muito acelerado de crescimento e de urbanização a partir da década de 1950. Tal fato, aliado à fragilidade do controle sobre as formas de ocupação do solo urbano criou ou agravou problemas de inundações em diversos pontos da cidade.

Além das inundações por incapacidade de escoamento da rede de drenagem existente, a cidade também padece com cheias periódicas dos dois grandes rios que limitam ou atravessam seu perímetro urbano. Medidas de controle desenvolvidas pela CHESF, em conjunto com a ANA e o ONS, permitiram uma redução significativa nas vazões de cheia do rio Parnaíba e, em consequência, os prejuízos decorrentes, a partir de 1985. O rio Poti, por outro lado, não é barrado em seu curso em nenhum ponto no Estado do Piauí, isso limita o desenvolvimento de ações de controle mais efetivas. Na última década a cidade sofreu com três grandes cheias do Poti, em 2004, 2008 e 2009.

A baixa capacidade de investimento próprio, bem como a ausência de linhas de financiamento específicas dos governos Federal e Estadual nas últimas décadas impediu o desenvolvimento de grandes ações em drenagem urbana na cidade, em especial a implantação de galerias de águas pluviais e a melhoria dos canais naturais. Ainda assim, podem ser destacadas a construção das grandes canalizações de macrodrenagem do Mocambinho, tanto em canal aberto quanto galerias subterrâneas e do Promorar.

Lentamente a cidade vem tentando evoluir do modelo higienista, que prega o rápido afastamento das águas pluviais a partir da implantação de redes de canalizações, **para o modelo compensatório**, em que a filosofia da detenção/retenção hidráulica permite reduzir as vazões de pico a partir da acumulação de um certo volume de água em locais estratégicos, mais próximos das fontes geradoras do que dos pontos de lançamento. **Exemplo claro desta linha de ação foi a interligação das diversas lagoas da zona Norte da Cidade**, na década de 1990, permitindo reduzir as inundações a partir da retenção das águas pluviais.

Ainda que o modelo higienista seja reconhecidamente ineficaz e insustentável, pois além de transferir os problemas para áreas a jusante que, eventualmente serão ocupadas no futuro, ainda os agravam ao provocarem o aumento das vazões de pico. **Há um sentimento arraigado na população teresinense de que a solução para as inundações residem exclusivamente na execução de galerias. Em grande parte, tal visão é decorrente da incapacidade de investimento da AGESPISA para o aumento da cobertura da rede de esgotamento sanitária. Em Teresina, infelizmente, córrego é sinônimo de esgoto a céu aberto.**

Visando mudar tal mentalidade e consolidar uma nova forma de enfrentar as inundações urbanas, a Prefeitura Municipal de Teresina contratou, na segunda administração Sílvio Mendes, o **Plano Diretor de Drenagem Urbana**, peça chave do

planejamento urbano quanto ao gerenciamento das águas pluviais que escoam na cidade.

Além de diagnosticar a situação das 70 bacias hidrográficas que têm sua foz no perímetro urbano, o **PDDrU aponta uma série de medidas de controle dos efeitos da urbanização** sobre o ciclo hidrológico na cidade, destacando aquelas que não envolvem obras, como a **definição de zonas de não ocupação, limites máximos de impermeabilização e medidas compensatórias a serem empregadas no lote permitem reduzir drasticamente as vazões produzidas** e, em consequência, os recursos públicos necessários para a execução das obras e manutenção da rede pública de drenagem. **Além disso, o sistema se torna mais justo, já que cada lote passa a ser responsável pelo escoamento superficial direto gerado em seus limites.**

A manutenção, sempre que possível, dos cursos d'água naturais, a execução de obras compensatórias nas áreas já ocupadas, como a construção de reservatórios de detenção e a adoção de técnicas que favoreçam a infiltração, como o uso de pavimentos permeáveis nas vias, passeios e equipamentos públicos, bem como o controle rigoroso da ocupação de novas áreas, são imprescindíveis para que a cidade conviva de maneira sustentável com suas águas pluviais.

Para a execução efetiva do Plano e a implantação do manejo adequado das águas pluviais urbanas é necessário, entretanto, um arcabouço técnico-administrativo capaz de entender, planejar, implantar e fiscalizar adequadamente as ações indicadas no PDDrU.

Visando alcançar tais objetivos, propõe-se:

- **O fortalecimento técnico-institucional de um órgão único, no organograma da Administração Municipal, apto a coordenar a implantação do Plano Diretor de Drenagem Urbana.** Tal instituição pública será responsável pela definição das ações prioritárias, pela operação e manutenção do sistema de drenagem, pela fiscalização da adoção de medidas de controle da urbanização não só pelos empreendimentos públicos mas, especialmente pelos privados, evitando a criação e o agravamento de problemas em áreas em processo de ocupação. Também estará a cargo de tal órgão o desenvolvimento de ações de

educação ambiental e de conscientização da sociedade acerca da gestão sustentável das águas pluviais urbanas;

- **A criação de um arcabouço legal que permita o controle efetivo da urbanização**, seja pela limitação da taxa de ocupação e adoção de técnicas compensatórias, seja pelo zoneamento de zonas de não ocupação junto aos rios Parnaíba e Poti e de preservação dos córregos de papel relevante na rede de drenagem pluvial da cidade;
- A integração do planejamento urbano quanto às áreas de expansão, a drenagem urbana, o esgotamento sanitário e a coleta e disposição dos resíduos sólidos, sob a coordenação da Secretaria de Desenvolvimento Urbano;
- A elaboração de estudos integrados e os projetos básicos de intervenções em, ao menos, 20% das bacias que se desenvolvem no ambiente urbano, permitindo a implantação imediata das medidas não estruturais e o instrumento adequado para a obtenção de recursos junto ao Ministério das Cidades, e outros órgãos, para a implantação das obras estruturais;
- A preparação e formalização de Carta-consulta aos organismos de financiamento internacionais, como o Banco Mundial e o BID, para a implantação da gestão das águas pluviais urbanas no município de Teresina tendo em vista ações de médio e longo prazo;
- Ação junto à Concessionária de Saneamento, garantindo o cumprimento efetivo das metas de expansão dos serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário definidos no instrumento de concessão, medida essencial para o controle da poluição das águas pluviais;
- Mobilização para a criação e implantação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, permitindo o desenvolvimento de ações integradas que minimizem os riscos de cheias, tanto no Parnaíba quanto no Poti;
- Implantação de sistema de monitoramento pluviográfico e de alerta de cheias;
- Desenvolvimento de ações junto às instituições de ensino superior, visando o desenvolvimento do conhecimento técnico em manejo de águas pluviais urbanas, a criação de massa crítica qualificada e o desenvolvimento de novas medidas de controle, mais adequadas à realidade teresinense;
- Execução das obras estruturais em, pelo menos, duas bacias julgadas prioritárias no intervalo de 4 (quatro) anos.

Habitação e Urbanismo

“Quanto maior a densidade da população de uma cidade, menores as distâncias a percorrer.”(Le Corbusier)

O renomado arquiteto já sabia o que as cidades enfrentariam em dias futuros. Cabe às gestões atuais zelarem por estas questões, oferecendo soluções criativas e práticas para a população. Um dos principais avanços neste segmento são as **Estações Cidadania**, espaços localizados nos bairros de maiores densidades demográficas e mais afastados do centro, capazes de oferecer serviços dos diversos órgãos públicos integrados (municipal e estadual) promovendo uma espécie de “encontro”, em que a cidade vai até a pessoa, evitando grandes deslocamentos. A gestão 2013-2016 de Firmino Filho também prevê que o centro volte a se tornar zona residencial o que, por sua vez, também promove diminuição de deslocamentos: quando as pessoas já estão próximas aos seus locais de trabalho, por exemplo, já não precisam se locomover tanto.

Além disto, a gestão 2013/2016, na área de Habitação e Urbanismo, prevê:

- Estabelecer o **Programa Meu Primeiro Teto**, de estímulo à construção de unidades habitacionais às famílias que ainda dependem de mecanismos de moradia como o aluguel ou a coabitação em unidades familiares;
- Estabelecer um **Plano de Metas de Construção e Melhoria Habitacional**, para vilas e favelas por meio do Orçamento Popular de Teresina (**OP/Habitação**) e do Minha Casa, Minha Vida e outras iniciativas de organismos do governo federal;
- Estabelecer um **plano de erradicação de moradias precárias** para a população em situação de extrema pobreza, que participem do **Programa 1ª Infância sem Pobreza**;
- Promover a **regularização das unidades habitacionais** produzidas pela Prefeitura de Teresina e a regularização dos domicílios em vilas e favelas;
- Dar continuidade à implantação do **Programa Vila Bairro**, que objetiva a integração de ações de políticas básicas multissetoriais e compensatórias voltadas para o resgate de populações empobrecidas e excluídas socialmente,

reforçando as ações de melhoria habitacional e construção de equipamentos sociais;

- Dar continuidade à execução do **Projeto Lagoas do Norte**, avançando na implementação das fases já contratadas com o Banco Mundial e intensificando os esforços para contratação de novos empréstimos para execução de todo o projeto;
- Fortalecer e ampliar a infraestrutura urbana das regiões em que estão se instalando novos pólos médicos na cidade, tais como as zonas Leste e Norte, bem como melhorias no pólo médico da região central;
- Integração da política municipal à política nacional do Ministério das Cidades para as áreas de habitação, saneamento e programas urbanos;
- Reformulação das leis de Uso e Ocupação do Solo;
- Em estratégia multissetorial, construir, recuperar e qualificar espaços de geração de emprego e renda e qualidade de vida nas comunidades, para consolidar o cidadão em sua própria região urbana:
 - Usinas de coleta e reciclagem de resíduos sólidos;
 - Modernização dos mercados públicos com comércio e serviços;
- Estabelecer políticas de incentivo à moradia na região central da cidade, com a utilização de construções de uso misto (comércio e moradia);
- Promover a qualificação urbana dos centros histórico e comercial;
- Descentralizar usos, requalificando espaços urbanos;
- Preservar a paisagem urbana e investir na cobertura de ruas em regiões de comércio e serviço nos bairros;
- Criar novos parques e praças por todas as zonas da cidade;
- Criar um programa de tratamento paisagístico e ambiental de áreas ribeirinhas;
- Requalificar os conjuntos habitacionais existentes, com um planejamento adequado para programas de melhoria habitacional, construção de equipamentos sociais e infraestrutura urbana;
- Estabelecer, em conformidade com a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (SEMEL) um programa de conservação, recuperação e qualificação de equipamentos sociais e esportivos espalhados pela cidade;
- Construir novos conjuntos habitacionais em parceria com o governo federal, dotados com tipologias diferenciadas caracterizando o novo bairro com

características próprias e espaços pré-planejados para áreas verdes, lazer e centro de serviços integrados.